



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Comunicação
Jornalismo

**O papel da Gazeta do Rio de Janeiro na formação
político-cultural brasileira
(1808-1821)**

TIAGO SILVA GRÉGGIO

Orientador: Prof. Eduardo Coutinho.

**RIO DE JANEIRO
2011**

TIAGO SILVA GRÉGGIO

**O papel da Gazeta do Rio de Janeiro na formação
político-cultural brasileira
(1808-1821)**

**Monografia apresentada à Escola de
Comunicação da Universidade Federal do Rio de
Janeiro como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Jornalismo.**

Orientador: Eduardo Coutinho.

**RIO DE JANEIRO
2011**

TERMO DE APROVAÇÃO

TIAGO SILVA GRÉGGIO

O papel da Gazeta do Rio de Janeiro na formação
político-cultural brasileira
(1808-1821)

Monografia aprovada em ___/___/___ para obtenção do título de Bacharel em
Jornalismo.

Banca examinadora:

Nome do(a) professor(a) orientador(a)

Nome do(a) professor(a) convidado(a)

Nome do(a) professor(a) convidado(a)

RESUMO

Este trabalho compreende a análise da Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal impresso no Brasil, fundado em setembro de 1808. Inicialmente, verifica-se o contexto de sua produção, a qual é decorrente da vinda de D. João VI e da Corte portuguesa ao Brasil, como consequência das incursões napoleônicas em Portugal. Em seguida, apresenta-se a estrutura material do periódico, a forma como era organizado e os grupos envolvidos em sua elaboração, assim como se faz uma reflexão sobre os intelectuais na primeira metade do século XIX e o discurso legitimado do jornal, dando destaque ao ano de 1821. Por fim, ressaltam-se o seu significado cultural e sua importância à sociedade, apresentando-se demais trabalhos referentes à Gazeta do Rio de Janeiro e perspectivas da historiografia brasileira sobre o impresso. Defende-se que o seu conteúdo foi significativo à incipiente sociedade fluminense e que essa gazeta constitui-se como um importante documento histórico para se compreender a mentalidade da época, seu cotidiano e valores, sob um ponto-de-vista de cunho oficial.

Palavras-chave: Gazeta do Rio de Janeiro; D. João; Discurso; Imprensa Régia

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, os quais sempre foram o meu porto seguro e sempre me apoiaram.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gazeta do Rio de Janeiro (10 de setembro de 1808).....3 (Primeira página do nº1)	3
Figura 2: Gazeta do Rio de Janeiro (17 de setembro de 1808).....8 (Cabeçalho do nº 2)	8
Figura 3: Gazeta do Rio de Janeiro (11 de janeiro de 1809).....8 (Cabeçalho do nº 35)	8
Figura 4: Gazeta do Rio de Janeiro (3 de julho de 1811).....9 (Colunas do nº 53)	9
Figura 5: Gazeta do Rio de Janeiro (4 de junho de 1817).....9 (Cabeçalho do nº 45)	9
Figura 6: Gazeta do Rio de Janeiro (2 de maio de 1821).....10 (Capa do nº 35)	10
Figura 7: Gazeta do Rio de Janeiro (28 de janeiro de 1809).....13 (Sessão ‘Avisos’ do nº 40)	13
Figura 8: Gazeta do Rio de Janeiro (10 de março de 1819).....75 (Sessão ‘Notícias Marítimas’ do nº 20)	75
Figura 9: Gazeta do Rio de Janeiro (9 de maio de 1810).....75 (Tabela de compra de navios do nº 37)	75
Figura 10: Gazeta do Rio de Janeiro (13 de outubro de 1821).....76 (Tabela sobre vacinação do nº 97)	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GRJ –Gazeta do Rio de Janeiro

GERJ – Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro

SENEG – Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....
2.Contexto histórico	4
3.Administração e estrutura.....	7
4.As elites luso-brasileiras: Os intelectuais do Império.....	17
4.1. Redatores da Gazeta do Rio de Janeiro.....	17
4.2. Hipólito da Costa e o Correio Braziliense.....	21
4.3. Antonio Gramsci e o Brasil do século XIX (1808 -1821).....	25
5. O discurso político e legitimado	38
5.1 De Napoleão até a Revolução do Porto	38
5.2. O ano de 1821	53
6. Significado cultural e historiográfico	68
7.CONCLUSÃO.....	80
8. BIBLIOGRAFIA

1.Introdução:

A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal impresso no Brasil. O contexto de sua produção relaciona-se à transferência da Corte portuguesa a esse país, devido às incursões napoleônicas na Europa. Através da análise suas edições, digitalizadas pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, objetiva-se verificar o discurso por ela veiculado e refletir sobre o seu papel na sociedade. Publicada a partir de 10 de setembro de 1808 pela Imprensa Régia, passaria a denominar-se *Gazeta do Rio* a 29 de dezembro de 1821. Dessa forma, o recorte temporal de minha pesquisa situa-se no período compreendido entre 1808 e 1821.

Abordam-se questões centrais para a compreensão da cultura política brasileira em sua formação. Tal estudo possibilita ponderar sobre o significado historiográfico desse impresso, assim como analisar a sociedade coetânea à sua elaboração; seu cotidiano, valores e costumes. Nesse aspecto, defende-se que o jornal - apesar de oficial - não foi um mero diário do governo, no qual se publicavam apenas atas e decretos. Além dos registros administrativos da Corte, o periódico retratava a vida urbana da época e contribuía para o seu desenvolvimento.

No que tange às concepções político-ideológicas, enfocam-se temas como o liberalismo e o constitucionalismo, os quais promoveriam a emancipação política brasileira. O discurso e o posicionamento do periódico diante dos acontecimentos são aqui associados à conjuntura da época, ao desempenho das elites luso-brasileiras no processo que culminaria na Independência. No que diz respeito à história da imprensa, disserta-se sobre questões como a liberdade de imprensa e o poder da palavra escrita; a relevância cultural do primeiro jornal impresso no Brasil e o que ele representava para a sociedade. Com essa finalidade, destacam-se elementos não relacionados diretamente às questões políticas.

Após a apresentação do panorama histórico inicial, o qual propiciou a implantação da Imprensa Régia no Brasil, parte-se para a descrição material da gazeta. Nesse segmento, citam-se sua administração e estrutura, tanto financeira quanto organizacional, responsáveis por mantê-la de acordo com os interesses dos grupos aos quais pertencia. Em seguida, abordam-se a linha editorial e os redatores; os intelectuais por trás da elaboração do jornal.

Ao tratar, em seqüência, dos aspectos culturais dessa sociedade, empreende-se uma reflexão teórica com base nos conceitos elaborados pelo pensador italiano Antônio Gramsci. Tal linha de pensamento é presente na análise dos grupos dominantes; das elites intelectuais; da constituição da sociedade civil e na correspondência entre os conceitos e a realidade material.

No capítulo posterior, observa-se o discurso político em si, no exame do que era publicado, por quem era publicado e o que era omitido. O escopo é demonstrar a retórica do discurso legitimado. Enfatiza-se o ano de 1821, quando o jornal passou a transcrever as sessões das Cortes portuguesas.

Por fim, procura-se situar a *Gazeta do Rio de Janeiro* no debate historiográfico, ao citar demais bibliografias e redimensionar a relevância dessa produção para a sociedade, os serviços prestados e a inserção do público em sua elaboração. Trata-se de apurar a estruturação de uma ideologia mediante a retórica oficial.

O presente trabalho de conclusão de curso, portanto, realiza o escrutínio da concepção político-cultural do período compreendido entre 1808 e 1821, tendo como arcabouço uma fonte primária, de cunho oficial, que representa – permeada pelos ideais dos que a produziram - a cultura política de sua época: a “construção histórica que se adapta e se transforma em sintonia tanto com os acontecimentos quanto com as atitudes dos indivíduos e dos grupos, cujos objetivos, por sua vez, ela os define”¹

¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.25.

N.º 1.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABADO 10 DE SETEMBRO DE 1808.

*Doctrina sed vim promouet insitam,
Rectique cultus pectora roborant.*

HORAT. Ode III. Lib. IV.

Londres 12 de Junho de 1808.

Noticias vindas por via de França.

Amsterdão 30 de Abril.

OS dois Navios Americanos, que ultimamente arribarão ao Texel, não podem descarregar as suas mercadorias, e devem immediatamente fazer-se à v'ela sob pena de confiscação. Isto tem influido muito nos preços de varios generos, sobre tudo por se terem hontem recebido cartas de França, que dizem, que em virtude de hum Decreto Imperial todos os Navios Americanos serão detidos logo que chegarem a qualquer porto da França.

Noticias vindas por Gottenburgo.

Chegarão-nos esta manhã folhas de Hamburgo, e de Altona até 17 do corrente. Estas ultimas annuncião que os Janizaros em Constantinopla se declararão contra a França, e a favor da Inglaterra; porém que o tumulto se tinha apaziguado. — Hamburgo está tão exaurido pela passagem de tropas que em muitas casas não se acha já huma côdea de pão, nem huma cama. Quasi todo o Hannover se acha nesta deploravel situação. — 50000 homens de tropas Francezas, que estão em Italia, tiverão ordem de marchar para Hespanha.

*Londres a 16 de Junho.**Extracto de huma Carta escrita a bordo da Statira.*

“ Segundo o que nos disse o Official Hespanhol, que levámos a Lord Gambier, o Povo Hespanhol faz todo o possivel para sacudir o jugo Francez. As Provincias de Asturias, Leão, e outras adjacentes armarão 80000 homens, em cujo numero se comprehendem varios mil de Tropa regular tanto de pé, como de cavallo. A Corunha declarou-se contra os Francezes, e o Ferrol se teria igualmente sublevado a não ter hum Governador do partido Francez. Os Andaluzos, nas vizinhanças de Cadiz, tem pegado em armas, e destes ha já 60000, que são pela maior parte Tropas de Linha, e commandados por hum habil General. Toda esta tempestade se originou de Bonaparte ter declarado a Murat Regente de Hespanha. O espirito de resistencia chegou a Carthagená, e não duvido que em pouco seja geral por toda a parte. Espero que nos mandem ao Porto de Gijon, que fica poucas leguas distante de Oviedo, com huma sufficiente quantidade de polvora, &c. pois do successo de Hespanha depende a sorte de Portugal. A revolta he tão geral, que os habitantes das Cidades guarnecidas por Tropas Francezas tem pela maior parte ido reunir-se nas montanhas com os seus Concidadãos revoltados. ”



Castro

Figura 2: Primeira página do nº1 da Gazeta do Rio de Janeiro (10 de setembro de 1808)
Fonte: Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 3, nº 28, janeiro de 2008

2.Contexto histórico

Em 1806, após a tentativa falha de invadir a Inglaterra, Napoleão Bonaparte decretou o Bloqueio Continental, determinando que todos os países do continente mantivessem seus portos fechados ao comércio inglês. Portugal, aliado tradicional da Inglaterra – com a qual mantinha fortes laços comerciais -, negou-se a aderir ao bloqueio. Em 1807², sob o comando do general francês Jean Andoche Junot, tropas francesas invadiram Portugal, mas D.João - rei deste país - e a família real conseguiram fugir para o Brasil.

A invasão francesa já havia sido prevista, e a retirada da família real foi preparada pela Inglaterra através da Convenção Secreta³, um acordo estabelecido entre D. João e o rei inglês Jorge III, que planejava a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, o que salvaguardaria a autonomia da dinastia portuguesa. Por esse acordo, o governo inglês dispunha-se a ajudar o governo lusitano durante a transferência da Corte (cerca de 15 mil pessoas), evitando possíveis investidas francesas, escoltando-a até o Brasil. O tratado assegurava que, uma vez estabelecido no Brasil o governo luso, a Inglaterra se comprometia a reconhecer como rei de Portugal apenas herdeiros legítimos da casa de Bragança. Por sua vez, Portugal abriria os portos brasileiros às “nações amigas”, o que beneficiaria amplamente a economia inglesa, além de manter relações comerciais preferenciais com a Inglaterra.

A vinda do monarca exerceu grande influência em diversos aspectos da vida urbana, sendo que algumas de suas criações fazem-se até hoje presentes. No aspecto econômico, foi revogado o alvará de D. Maria I - que proibia a instalação de manufaturas no Brasil - e foram criados a Casa da Moeda e o Banco do Brasil. No âmbito militar, fundaram-se as Academias Militar e Naval e foi implantada uma fábrica de munições. Quanto aos aspectos cultural e científico, surgiram a Imprensa Régia; a Biblioteca Real; o Real Teatro de S. João; o Jardim Botânico e as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro; após a queda de Napoleão, houve a contratação de uma importante missão artística francesa. A transferência da Corte acelerou o processo de emancipação política brasileira, principalmente após a Revolução Liberal do Porto, em 1820, a qual exigia a volta de D. João VI a Portugal.

² O exército francês, comandado pelo general Junot, entrou em Lisboa a 30 de Novembro de 1807.

³ Assinada em Londres, a 22 de outubro de 1807.

A Corte portuguesa, em janeiro de 1808, desembarcou em Salvador. No dia 22, os navios estavam fundeados, e a comitiva real só desembarcou no dia 24. O decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas foi promulgado por D. João no dia 28, aconselhado por José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu. Na prática, significou o fim do pacto colonial. De Salvador, a esquadra rumou para o Rio de Janeiro, capital da colônia, que passou a ser a sede da monarquia lusitana; o desembarque foi no cais do Largo do Paço. Esse processo foi denominado pela historiografia brasileira como Inversão metropolitana, visto que o aparelho de Estado português passou a operar a partir do Brasil. Durante o tempo em que permaneceu no país, o Príncipe regente tomou numerosas iniciativas importantes - assessorado por seus ministros -, as quais deram ao Brasil uma estrutura administrativa e cultural. Dentre elas, pretende-se analisar a Imprensa Régia, mais especificamente sua primeira publicação oficial: *A Gazeta do Rio de Janeiro*.

Em sua retirada, a Corte trouxe prensas e tipos móveis os quais, originalmente, seriam utilizados pelo governo de Lisboa, e que aqui serviriam para fundar a primeira oficina tipográfica. Antônio de Araújo de Azevedo, futuro Conde da Barca, incluiu às pressas no navio *Medusa* a máquina tipográfica adquirida em Londres.

Era uma tipografia completa encomendada na Inglaterra por D. Rodrigo de Souza Coutinho, futuro Conde de Linhares, para servir a sua Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Não tendo sido usada, encontrava-se ainda encaixotada na ocasião do embarque para o Rio de Janeiro⁴.

Ao chegar ao Brasil, Antônio de Araújo instalou a tipografia no pavimento térreo da casa da Rua do Passeio, nº44. A Imprensa Régia foi criada a 13 de maio de 1808, de acordo com o Decreto Real, para imprimir todos os atos normativos e administrativos oficiais do governo, a qual permitia a publicação de obras diversas, desde que em concordância com a censura. Até então, a publicação de qualquer folheto era proibida no Brasil. Segundo as normas baixadas pela Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (SENEG), em 26 de julho de 1808, cabia à direção da Imprensa Régia

(...) imprimir antes de tudo as Leis e Ordens Régias que se lhes expedirem pelas repartições competentes, e depois os mais escritos, segundo as datas dos despachos

⁴ CAMARGO, Ana Maria de Almeida & DE MORAES, Rubens Borba. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP, Livraria Kosmos Editora, 1993, p.17.

da Direção para a sua impressão, e não permitirá alterar-se esta Ordem sem motivo urgente, ou determinação superior.⁵

Dentre seus atributos, cabia-lhe fazer circular o primeiro jornal institucional do Brasil. Fundada a 10 de setembro de 1808, a *Gazeta do Rio de Janeiro* marcou o início da imprensa no país; construída nos moldes das gazetas do Antigo Regime, tinha como foco principal a vida urbana e administrativa da Corte, além de publicar informes sobre a conjuntura política internacional. O periódico teve como temática inicial os desdobramentos dos conflitos napoleônicos até a derrota de Napoleão.

⁵ MELO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2ª Ed.2003. p. 91.

3. Administração e estrutura

A primeira gazeta brasileira foi concebida nos moldes da gazeta oficial portuguesa, a *Gazeta de Lisboa*, criada em 10 de agosto de 1715. A gazeta lisboense inseria-se no contexto dos jornais literários, valorizados com o avanço dos ideais ilustrados do século XVIII, ao mesmo tempo em que representava os vínculos entre o poder absoluto e a imprensa. Sob esse mesmo viés de ‘jornal institucional’, fundamentava-se a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Possuía quatro páginas e seguia a dimensão dos jornais estrangeiros (19 x 13,15 cm); a periodicidade deveria ser semanal, mas seus dirigentes logo a tornaram bissetimanal, distribuída aos sábados e, após o primeiro número, também às quartas-feiras. Dividia-se em duas partes: uma seção noticiosa, e uma seção dedicada a anúncios relacionados ao universo cultural da cidade. Em algumas ocasiões, devido à importância dos acontecimentos, publicavam-se edições extras, intituladas *Gazetas Extraordinárias do Rio de Janeiro*, as quais não possuíam dias específicos na semana para serem veiculadas. As notícias oriundas da Europa demoravam cerca três meses para cruzar o Atlântico, serem editadas e virem ao conhecimento público.

Da primeira publicação ao último número, em 29 de dezembro de 1821, houve um total de 1.617 exemplares, levando-se em conta as edições extraordinárias. Na folha de rosto do primeiro número, apresentava o brasão da real biblioteca e uma epígrafe em latim, a qual foi alterada do segundo número em diante, pela omissão do “sed”, substituída por um sinal de reticências:

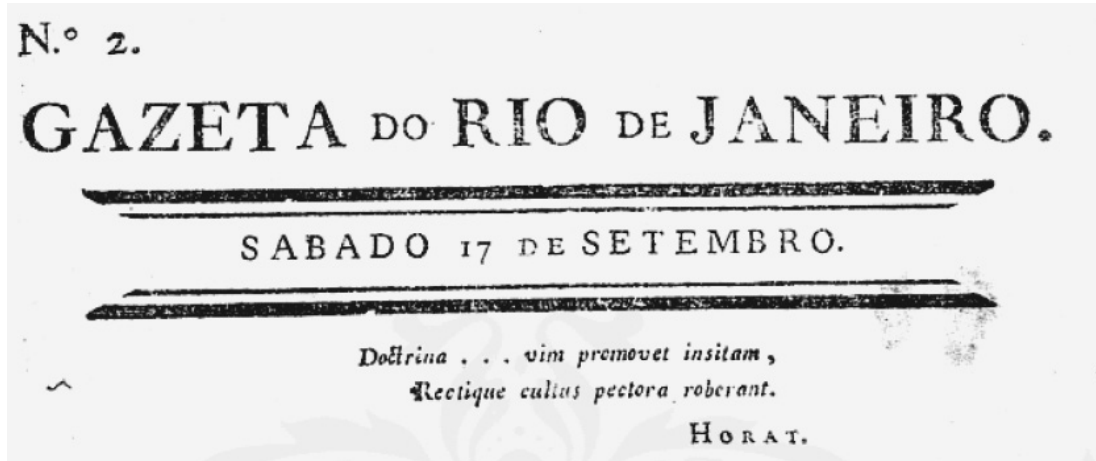


Figura 2: Cabeçalho da *Gazeta do Rio de Janeiro*
 Fonte: A *Gazeta do Rio de Janeiro* nº 2, 17 de setembro de 1808.

Doctrina sed vitn promovet insitam
 Rectique cultas pectora roborant. (Horácio; Ode III; Liv. IV)⁶

O brasão imperial apareceria intercalado ao nome do jornal na primeira edição de 1809:



Figura 3: Cabeçalho da *Gazeta do Rio de Janeiro*
 Fonte: A *Gazeta do Rio de Janeiro* nº 35, 11 de janeiro de 1809.

⁶ A inscrição significa: “A doutrina promove a força inata e os cultos corretos fortalecem os peitos”.

Nos três primeiros anos foi redigida em uma coluna, mas a partir de julho de 1811 passou a ser dividida em duas colunas, tornando-se mais atrativa à leitura:

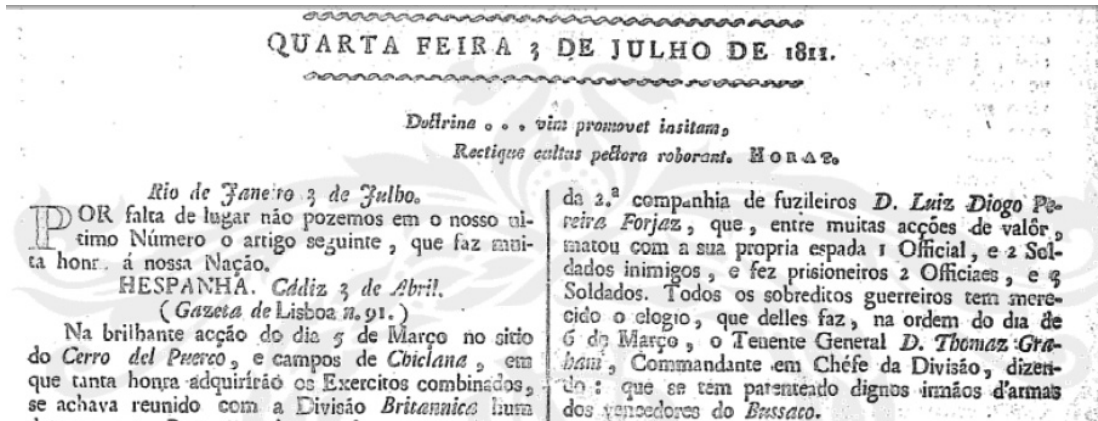


Figura 4: Colunas da *Gazeta do Rio de Janeiro*.
Fonte: A *Gazeta do Rio de Janeiro* nº 53, 3 de julho de 1811.

Em junho de 1817, o brasão imperial foi modificado para o brasão do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves:

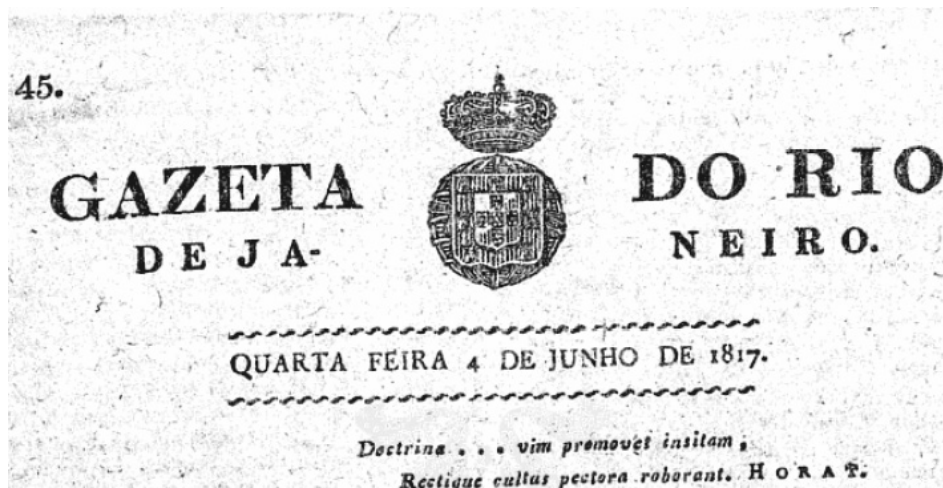


Figura 5: Cabeçalho da *Gazeta do Rio de Janeiro*.
Fonte: A *Gazeta do Rio de Janeiro* nº 45, 4 de junho de 1817.

Na edição de número trinta e cinco, de 2 de maio de 1821, já não mais apresentava essa nota introdutória em latim, e o periódico passou por mudanças em seu *layout*. Implementaram-se novas seções e caracteres - sendo estes de traçado mais nítido que o

anterior -, a supressão dos “fios” entre as colunas e a realocação do brasão, o qual passaria a situar-se acima do nome do jornal; as notícias também ganhariam uma maior organização, mediante elementos de separação:



Figura 6: Capa da *Gazeta do Rio de Janeiro*.
Fonte: A *Gazeta do Rio de Janeiro* nº 35, 2 de maio de 1821.

Tendo sucessivamente crescido a afluência de notícias, e dezejando dar a maior latitude possível a esta folha, mudamos para o presente formato, sem todavia alterar o preço actual, apesar do indispensável augmento de despeza. E tendo a trasladar as Sessões das Cortes posteriores as seis já annunciadas, serão mais frequentes as Extraordinarias, para não demorarmos o conhecimento de seus importantes resultados.⁷

Dentre as novas inserções figuravam as seções *Lisboa* e *Correspondência*: a primeira, criada para informar sobre as sessões das Cortes em Portugal e suas resoluções e, a última, para publicar as “cartas de leitores” e suas reivindicações, ainda que selecionadas rigorosamente. Essa divisão permitiu uma maior participação do público nas questões

⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro* nº 35, 2 maio 1821.

políticas em voga, por possibilitar a inserção do leitor na estrutura do jornal. À época, preocupava-se com a questão da *opinião pública*⁸, sobretudo após a lei de 28 de agosto de 1821, que suspendia a censura prévia.

A 20 de junho de 1821 já se anunciavam as mudanças na distribuição do jornal. Sob o reinado de D. Pedro, modificaram-se mais uma vez o *layout* e a periodicidade, tornando-se trissemanal, saindo às terças-feiras, quintas-feiras e aos sábados.

Terminando com este mez a Subscrição da Gazeta para o primeiro semestre deste anno, e sendo necessario augmentar o numero de Gazetas no seguinte, por não ser ainda sufficiente a extensão do novo formato; e dezejando com tudo que os Subscriptores tenham maiores vantagens do que precedentemente, e ao mesmo tempo que não cresça o preço das Gazetas avulsas, se tem estabelecido que do .º de Julho em diante haja em cada semana três Gazetas nos dias Terça, Quinta e Sabbado, além das Extraordinárias que forem necessarias, e que o preço da Subscrição seja de 6\$000 réis por semestre, muito inferior ao que corresponderia proporcionalmente; continuando-se a vender-se cada huma por 80 réis. Quem quiser subscrever, dirija-se á loja de *Paulo Martin*, na rua da *Quitanda*, n.º 33.⁹

A GRJ era propriedade dos oficiais da SENEG, ministros de D. João. Tratava-se de um privilégio concedido pelo monarca a um grupo de funcionários. D. Rodrigo de Souza Coutinho, futuro Conde de Linhares, era o ministro responsável pela secretaria e o presidente do Real Erário; braço direito do Príncipe regente, supervisionava o jornal. Essa repartição norteava a *linha editorial*¹⁰ do periódico, em cujas páginas expressavam-se os redatores, particularmente, na seção *Rio de Janeiro*. Ao longo de sua história, a GRJ possuiu três redatores. No começo de 1815 houve uma reestruturação da Imprensa Régia, instaurando uma segunda fase da Real oficina:

Assim, por decreto de Fevereiro daquele ano, referendado pelo marques de Aguiar, a administração da *Impressão Régia* e da Fábrica das cartas de Jogar passou privativamente a pertencer ao Presidente do Real Erário, como inspetor d'estes estabelecimentos, pondo-se em prática as *Providências Interinas para ao Regulamento da Real Oficina Tipográfica* que baixaram na mesma ocasião (Cabral, 1881: XXI, grifos nossos).¹¹

⁸ Cf. o sexto capítulo para o conceito de “opinião pública”.

⁹ GRJ nº49, 20 junho 1821.

¹⁰ A concepção de linha editorial é tratada aqui como o direcionamento político do veículo; a visão de mundo que permeia as representações estabelecidas pelos que detêm direitos de impressão de determinado periódico.

¹¹ Cabral, 1881: XXI *apud* MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p.132.

Apesar de possuir licença do monarca e ser impressa pela tipografia real, destacava-se no primeiro número do jornal que **o governo respondia somente aos papéis impressos de sua autoria e que o periódico não era oficial**; A linha editorial, contudo, estava estritamente ligada ao governo, e apesar de apregoar-se um caráter isento e imparcial, em seu discurso pode-se verificar o posicionamento em prol do monarca, seja em seu texto – pelo que apresenta ou omite -, seja pela organização do periódico e pelo enfoque temático. A retórica da imparcialidade seria algo recorrente nos editais da GRJ. Na seção *Notícia*, assim apresentava-se o jornal, em seu primeiro número:

Faz-se saber ao Público: Que a Gazeta do Rio de Janeiro deve sahir todos os Sábados pela manhã: Que se vende nesta Corte em Caza de Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros no fim da Rua da Quitanda a preço de 80 rs.: Que as Pessoas, que quizerem ser Assignantes, deverão dar os seus nomes, e moradas, na sobredita Caza, pagando logo os seis primeiros mezes a 1:900 rs.; e se lhes serão remetidas as folhas a suas cazas no Sábado pela manhã: Que na mesma Gazeta se porão quaesquer anúncios que se queirão fazer; devendo este estar na 4A. feira no fim da tarde na Impressão Régia.¹²

Com o preço de cada exemplar, inicialmente, a oitenta réis, e a assinatura ao preço de novecentos réis, o primeiro jornal impresso no Brasil também subsistia através de anúncios. Após o primeiro número, o espaço intitulado “*Noticia*” passou a se chamar “*Annuncio*”, o qual sofreu modificações ao longo de 1808, até se consolidar, em 1809, como “*Avisos*”; mas até esse ano, a seção não era aberta à sociedade. A partir do número quarenta, ainda em 1809, a sociedade pôde divulgar o que lhe interessasse, sendo-lhe designada uma seção especial para isso, o que até então era feito em meio à seção noticiosa. Arrecadava-se, também, com demais atividades do comércio livreiro. “Na Impressão Regia se fazem livros em branco de todas as qualidades; se encadernão impressos; se fazem pastas, e todas a sobras pertencentes ao Officio de Livreiro, tudo por preços commodos: e se apara papel a 120 reis a Resma”.¹³

Finalizando em Março do corrente anno a assignatura da Gazeta feita pelos primeiros seis mezes. Faz-se saber ao Publico, que a seguinte continuará desde o mez de Março até o fim do anno, para se poder depois seguir regularmente para o futuro, os dous semestres, como decostume. As Pessoas que quizerem assignar dirigir-se-hão à Loja da Gazeta, onde farão saber os seus nomes e moradas, e darão logo 9\$000, preço muito modico, por isso que deverão ter nesta nova assignatura todas as Gazetas assim as Ordinárias como as Extraordinárias, &c.As Pessoas que

¹² GRJ nº 1, 10 setembro 1808.

¹³ GRJ nº15, 2 novembro 1808.

quizerem fazer Annuncios na Gazeta dirigir-se-hão d' aqui em diante à Loja da Gazeta, onde se lhes tomará a devida nota como se praticava na Impressão Régia.¹⁴

Essa seção destinava-se à publicação de informações voltadas ao cotidiano da sociedade: vendas de impressos; imóveis; escravos; anunciava leilões; concedia informações marítimas, culturais etc. Tratava do cotidiano e era um espaço de prestação de serviços e anúncios.

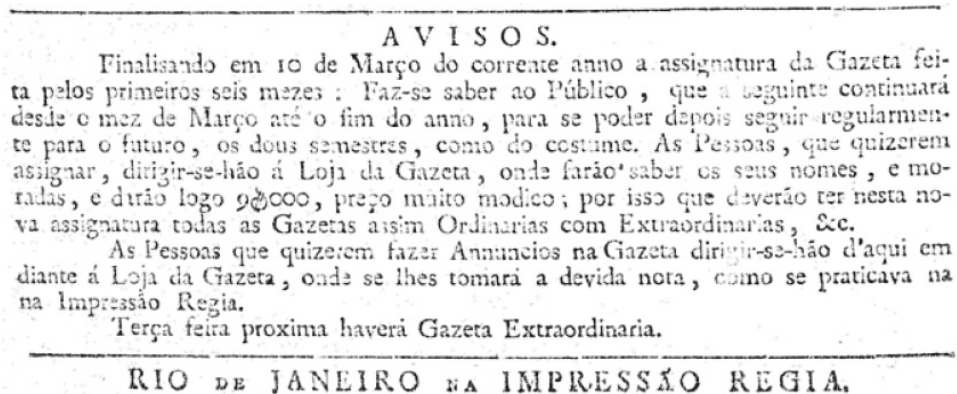


Figura 7: Sessão de avisos da *Gazeta do Rio de Janeiro*
Fonte: A *Gazeta do Rio de Janeiro* nº 40, 28 de janeiro de 1809.

Em 1811, no corpo de texto do jornal - antes da seção de anúncios - incluiu-se a seção *Noticias Marítimas*, inaugurada a 6 de julho, e que informava sobre a entrada e saída de navios; suas cargas; notícias que traziam; dias de viagem etc. Neste mesmo ano, no número cinquenta e três, de 3 de julho de 1811, modificou-se o *design* do periódico e as notícias passaram a ser divididas em duas colunas, com a intenção de tornar a leitura mais agradável e atrair leitores. Na *Gazeta Extraordinária* de número treze, de 27 de junho de 1811, anunciava-se que as mudanças visavam ao agrado do público, na busca por melhorias:

(...)cumpre annunciar, que a Gazeta se tornará muito mais interessante; porque se ingerirão nella todos os Despachos que se expelirem pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, logo que os Decretos baixarem a Real Assignatura; e outrossim, hum parágrafo com o titulo de *Noticias Marítimas*, no qual sem demora os nossos Leitores se poderão informar dos Navios que entrarem neste porto(...) Acresce, que o formato da Gazeta deverá ser hum pouco mais largo, vindo assim a caber maior número de palavras, e não se augmentando por isso o preço da Gazeta. – Daqui se póde concluir o esméro com que se procura agradar ao Público, fazendo a Gazeta mais digna delle, e esperamos que em razão dos novos

¹⁴ GRJ nº40, 28 janeiro 1809.

melhoramentos, Ella se torne mais aprazível, e bem aceita a todas as classes de Pessoas.¹⁵

Destacam-se, ainda, as seções: *Notícias literárias*, que surgiu em 15 de outubro de 1817 e versava sobre literatura e ciências, como geografia e mineralogia, mas ficou limitada apenas a três publicações; *Notícias da América*, produzidas no mês de agosto de 1818, não sendo uma seção fixa; *Notícias Estrangeiras*, que apareceu pela primeira vez em 16 de janeiro de 1811. Quanto a esta seção, seu espaço “(...) não era permanente e aparecia de maneira ocasional no periódico. A partir de 10 de setembro de 1817, entretanto, teve grande visibilidade e importância, uma vez que se tornava uma peça jornalística fixa da *Gazeta do Rio de Janeiro* até dezembro de 1821.”¹⁶

As notícias chegavam por intermédio de pacotes, embarcações comerciais que traziam correspondências e periódicos estrangeiros, além de mercadorias. Nos anos de 1808 a 1821 a circulação de informações entre o Brasil e a Europa foi uma atividade constante. A GRJ também chegava aos portos portugueses, inclusive, foi utilizada como fonte de informação sobre o Brasil pelo periódico *Diário Lisboense*.

PELO Pacote, ultimamente chegado a este Porto, se recebêrão muitas Gazetas, e Folhas de *Londres* até 18 de Agosto, contendo os seguintes factos interessantes, que vamos annunciar em esboço, por assim dizer, esperando os nossos Leitores a exposição delles por miudo em a série dos Números subsequentes.¹⁷

Após o Tratado de Aliança e Amizade, em 1810, acentuaram-se as vantagens comerciais britânicas sobre a economia luso-brasileira. O número de pacotes que chegavam aos portos brasileiros aumentou, sobretudo de procedência inglesa, o que geraria uma questão diplomática entre Inglaterra e Portugal. Após 1810, a crescente influência econômica inglesa contribuiria para debilitar ainda mais a já frágil monarquia portuguesa, cujo governante encontrava-se em outro continente. A invasão de manufaturas inglesas no mercado português gerou um grande desequilíbrio à economia lusitana. Devido a isso, as notícias oriundas de pacotes não registrados, ainda que favoráveis aos portugueses, eram vistas com desconfiança pela GRJ.

¹⁵ GERJ nº 13, 27 Junho 1811.

¹⁶ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. P.75.

¹⁷ GRJ nº 117, 25 outubro 1809.

He preciso bastante cuidado com estas noticias de navios que se encontrao nas viagens, e não são registrados; porque as mais das vezes se provão falsas por equivoicações de palavras, mui principalmente se o navio a quem se falla esta a sotavento.¹⁸

Com o fim da censura prévia, em 28 de agosto de 1821, multiplicou-se o número de periódicos e o espaço concedido à palavra escrita tornou-se mais flexível. A GRJ passaria por uma reformulação, visto que

(...) precisava não só conservar seus antigos subscritores, mas também conquistar novos leitores, uma vez que, desde março de 1821, já não era mais o veículo de comunicação por excelência na cidade. Na prática, aproximadamente três meses antes, a *Gazeta* experimentava uma situação inusitada: cotidianamente, convivia com a “concorrência” de outros jornais, razão pela qual era mister que a folha expusesse tantas “vantagens” na subscrição do periódico. Na realidade, os enfoques políticos e informativos divergentes radicalmente da *Gazeta* passaram a ser veiculados na maioria dos jornais, sobretudo a partir do segundo semestre de 1821.¹⁹

Em referência à censura, as funções da Impressão Régia foram determinadas pelo regimento de 24 de junho de 1808, o qual delegava à junta administrativa vigente “o encargo de examinar os papéis e livros que se mandarem imprimir, e de vigiar que nada se imprima contra a religião, governo bons costumes”²⁰. Os proprietários da GRJ - a junta diretora - realizavam a análise prévia do material a ser estampado, em primeira instância. D. Rodrigo de Souza Coutinho era responsável pela administração, e a diretoria do periódico foi composta, a princípio, por três deputados: José Bernardo de Castro, oficial da SENEG; e dois deputados da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro e da Bahia: Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa, o qual também era censor régio. Quanto aos livros que seriam divulgados, o escrutínio destes era feito pelos censores régios, responsáveis pela censura em segunda instância. Ao final, as obras eram encaminhadas à mesa do Desembargo do Paço, o qual atuava junto com a Intendência de Polícia do Rio de Janeiro, os quais davam o parecer no processo censório, em concordância com as determinações régias. O intendente de polícia possuía licença para prender os que

¹⁸ GRJ nº 21, 13 março 1811.

¹⁹ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p.210.

²⁰Instruções Provisórias para o Regimento da Impressão Régia, 1808, *apud* MELO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2ª Ed.2003. p. 91.

transgredissem a ordem pública, sob multa de duzentos mil réis; ao seu turno, o Desembargo do Paço representava o órgão de sistema judicial central do Império.²¹

A última publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* foi em 29 de dezembro de 1821, passando a se chamar, a partir daí, *Gazeta do Rio*. Esta terminou em 31 de dezembro de 1822, substituída pelo *Diário do Governo*, a 2 de janeiro de 1823. O *Diário do Governo* era, assumidamente, um órgão oficial a favor do governo.

²¹ MEIRELLES, op. cit. p.24.

4.As elites luso-brasileiras: Os intelectuais do Império

Apesar dos diretores do periódico explicitarem a intenção de atingir-se a imparcialidade na inserção de documentos a serem publicados, os comentários dos redatores realçavam o viés opinativo da *Gazeta do Rio de Janeiro*. A produção do jornal brasileiro circunscrevia sua “oficialidade” por pertencerem os proprietários do periódico ao alto escalão governamental. Os intelectuais que a constituíam emprestavam seus talentos a um projeto em que acreditavam, sendo homens de absoluta confiança do rei, embora parecesse ser fundamental dissuadir o público leitor da idéia da folha ser oficial, objetivando-se evitar associações arbitrárias entre os fatos e as notícias veiculadas, e a óptica dos valores monárquicos.²²

Em contrapartida, buscava-se neutralizar as vozes dissonantes ao projeto político joanino e aos interesses dos setores dominantes. As elites política e intelectual, através dos jornais e da cultura política expressa nos folhetos, encenaram, juntamente com a elite portuguesa, o drama da emancipação do Brasil, cujos motivos, porém, não se encontravam nas idéias abstratas do liberalismo ou de uma consciência nacional. Assim configurou-se a luta pela hegemonia no interior do vasto império luso-brasileiro, registrada nas páginas do primeiro periódico brasileiro²³.

4.1.Redatores da Gazeta do Rio de Janeiro

No decorrer de sua história, a GRJ teve três redatores, e este ofício possuía uma seção singular em comparação com a gazeta portuguesa. O redator, apesar de todo o discurso de imparcialidade do periódico, imprimia suas opiniões em um segmento intitulado *Rio de Janeiro*. Esta seção é de suma importância para se compreender a linha discursiva do jornal e seu posicionamento, assim como a própria concepção de imprensa à época, sobretudo, da imprensa áulica em seus primórdios. O primeiro redator foi o Frei Tibúrcio José da Rocha, o qual ficou no cargo de 1808 a 1812; de 1812 a agosto de 1821,

²² MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p.71.

²³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.98. Contracapa.

assumiu Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e, por último, Francisco Vieira Goulart - até o final de 1821. Quanto às matérias publicadas, a identidade do redator era omitida e os comentários em matérias cotidianas não eram assinados.

Frei Tibúrcio figurava no quadro de oficiais da SENEG, secretaria sob a responsabilidade do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho (futuro Conde de Linhares), o qual supervisionava o jornal. Aos trinta anos, o Frei assumiu a função de redator. Seu trabalho consistia em coletar, em periódicos internacionais – principalmente europeus –, notícias de interesse à Coroa, as quais eram traduzidas e resumidas pelo próprio Frei.

Com a morte de D. Rodrigo, a SENEG passou por grandes mudanças em sua estrutura burocrática. A função de fiscalizar o periódico ficou ao cargo do novo ministro da secretaria, o Conde de Galveias, D. João de Almeida de Melo e Castro, que viria a falecer em 18 de janeiro de 1814. O trabalho do Conde na revisão do periódico entrou em conflito com as traduções feitas pelo Frei, que até então entregava as traduções diretamente ao Príncipe regente – enquanto D. Rodrigo encarregava-se da supervisão. O Frei fora orientado para que as traduções fossem completas, e não ocultassem ao monarca coisa alguma, seja boa ou ruim. Ao assumir, o Conde passou a ser um intermediário desse processo, e o Frei deixou de apresentar a gazeta ao seu superior, alegando que já haviam sido aprovadas pela regência de Portugal ou pelo próprio Conde. O redator argumentava que a gazeta pertencia a todos os oficiais da secretaria e que não tinha sido nomeado pela mesma como gazeteiro, e sim escolhido pelo próprio Príncipe regente para fazer as traduções. Devido ao conflito, Frei Tibúrcio demitiu-se, apesar de continuar exercendo funções burocráticas na mesma secretaria.

Manoel Ferreira de Araújo Guimarães substituiu Tibúrcio José da Rocha e seria o redator que mais tempo ficaria no comando do jornal. Possuía grande expressão profissional, seja no plano intelectual ou militar, ao exercer as funções de matemático; professor; político; membro da Academia Real da Marinha etc. Tal qual Frei Tibúrcio, era tradutor e jornalista, e lançou em 1813 a primeira revista literária brasileira: *O Patriota* (1813-1814). Em agosto de 1821, após nove anos como um dos jornalistas mais significativos do período, foi demitido em decorrência de seu pleito por uma maior gratificação. Com a mudança do formato da GRJ e de sua tiragem semanal, julgava ser justo receber mais. O secretário maior da SENEG respondeu-lhe que ao fim do mês de julho poderia fazer um juízo prático dos rendimentos e das reivindicações de Manoel Ferreira; este, contudo, não esperou o término do prazo e

(...) levou à presença do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros uma representação, na qual propunha duas alternativas: ou ele se encarregava tanto da redação como da total administração da *Gazeta* e recebia metade de seu rendimento líquido, ou se incumbia somente da redação, recebendo 100 mil réis por mês e uma cota dos dividendos igual à de cada oficial proprietário.²⁴

Não houve acordo entre as partes e o até então redator publicou uma carta no *Diário do Rio de Janeiro* em que acusava os proprietários da GRJ de infringirem as condições contratuais assinadas em 1813, as quais estabeleciam que ele não poderia interromper a redação da gazeta, nem seus proprietários procurariam outro redator sem lhe dar um aviso prévio de três meses. Os doze oficiais proprietários, dentre os quais se encontrava o Frei Tibúrcio José da Rocha, encaminharam um requerimento ao Príncipe regente, afirmando que fora Ferreira de Araújo quem faltara com o cumprimento de suas obrigações e que não haviam reparado na minuta do contrato de 1º de janeiro de 1813, nem estavam cientes da condição de aviso prévio de três meses – a qual foi considerada inválida –, mostrando-se inconformados com as acusações.

Após a sua demissão, Ferreira Araújo fundou, em 1821, o jornal *O Espelho*, que tinha como objetivos opor-se a periódicos que disseminavam idéias revolucionárias como o *Revérbero Constitucional Fluminense* (1821-1822), de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, e *A Malagueta* (1821-1832), editado pelo português Luiz Augusto May, ambos de grande importância no processo de Independência.

No momento, em que deixo de ocupar-me na redação deste Periodico, julgo de minha obrigação agradecer ao respeitavel Publico a bondade, com que tem tolerado as faltas inseparaveis da minha inaptidão, no longo espaço de nove annos(...)Recordando o estado de descrédito e quase abandono, em que achei esta folha, e não devendo attribuir o sucessivo progresso(...) aos meus continuos esforços(...)cumpre-me reconhecer que a Benevolencia do Publico Illustrado tem sido a causa principal deste successo(...)Hoje porém que este Periodico (por motivos economicos) passa a melhores maos(...)²⁵

Seu sucessor foi o Cônego da Capela Imperial Francisco Vieira Goulart, bacharel formado em Coimbra e sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa. Lecionou humanidades em São Paulo, foi diretor do Laboratório Químico do Rio de Janeiro, além de ter sido diretor da biblioteca pública do Rio de Janeiro até seu falecimento, em 1839. Era partidário de ideais separatistas em meados de 1822 e foi redator do *Bem da Ordem*,

²⁴ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na Independência 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 69-70

²⁵ GRJ nº 66, 2 agosto 1821.

publicado de março até dezembro de 1821. Este periódico propunha-se a “instruir os cidadãos nos seus direitos e obrigações”, para adequação ao incipiente Estado constitucional²⁶. Ao assumir, relatou:

Se em todo o tempo foi empreza difficil escrever para o Publico, cujas ideias, sentimentos, e opiniões Sam tão differentes(...)deixa o Escriptor muitas vezes perplexo na escolha, e preferencia dos assumptos que lhe deve appresentar(...)He com summo receio de não poder satisfazer cabalmente á expectação de hum Publico judicioso, que tomo sobre mim a ardua tarefa da Redação desta Gazeta.²⁷

Em 19 de maio de 1821, no número quarenta, o então redator da GRJ Araújo de Guimarães defendeu-se de uma acusação feita na edição nº sete do *Bem da Ordem*, de Francisco Vieira Goulart, o qual viria a substituir Araújo de Guimarães na redação da própria GRJ - como supracitado. Goulart acusava a GRJ de ter transcrito as idéias da Constituição portuguesa de forma tendenciosa, ao dar a entender que as bases da carta constitucional, que ainda estavam em tramitação no congresso, já eram bases sancionadas. Guimarães defendeu-se dizendo que só haviam chegado às suas mãos as primeiras sessões das Cortes, as quais foram apressadamente copiadas devido à irregularidade da correspondência e ao interesse de informar ao público com prontidão. Goulart, em sua réplica, já ocupando o posto de redator da GRJ, versou na edição nº nove do *Bem da Ordem* acerca dos sentidos léxicos e gramaticais da língua portuguesa, ao argumentar que Guimarães fingia não entender de propósito o que lhe diziam. Apesar das invectivas, afirmava ser Araújo de Guimarães uma pessoa respeitável. Essa disputa entre redatores abriu margem para a opinião pública, com a reflexão sobre o papel do redator na sociedade e a inserção dos leitores nas questões de foro público.²⁸

Esses foram os intelectuais que nortearam a produção da *Gazeta do Rio de Janeiro*, enquanto redatores, ao disseminar a ideologia dos grupos dominantes. Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, em 1816, no número cinquenta e cinco, assim concebia a sua função:

Não temos que offerecer aos Leitores hum quadro mui extenso, nem de grande importância. A bonança da paz, que felizmente sopra no horizonte politico, estéril de

²⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.98.

²⁷ GRJ nº 67, 4 agosto 1821.

²⁸ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p.216.

acontecimentos estrondosos, oferece á vista do observador poucos objetos. Colligilos com desvelo, traça-los com exactidão He quanto cumpre a hum Redactor, por mais abalisados que sejam seus conhecimentos, Cabendo-nos hum pequeno quinhão, nada mais faremos do que ser fiel expositor, deixando sizudas reflexões a engenhos mais atilados²⁹

Com a mudança da Corte para o Brasil, o centro administrativo do Império passou a ser o Rio de Janeiro, que experimentou profundas transformações urbanas e culturais em detrimento das demais províncias. Segundo o historiador Raimundo Faoro, o governo instalado no Rio de Janeiro foi constituído de forma a servir à camada dominante, ao seu desfrute e gozo. Os fidalgos ganhavam pensões; os oficiais da Armada e do Exército, acessos aos postos superiores; os funcionários civis e eclesiásticos, empregos e benefícios. Em uma época em que a maioria da população era iletrada, “(...) para os autores de folhetos e redatores de periódicos, somente a elite reunia condições intelectuais para ter acesso aos folhetos e, por conseguinte, à cultura política, convertendo-se ela própria no principal público de si mesma”³⁰.

4.2. Hipólito da Costa e o Correio Braziliense

A administração régia era criticada pelo *Correio Braziliense*, jornal editado em Londres por Hipólito José da Costa – de 1808 a 1822 -, e que é considerado por uma grande gama de pesquisadores como o primeiro jornal brasileiro, e não a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Essa visão ampara-se na idéia de que, mesmo sendo publicado na Inglaterra, a partir de 1º de junho de 1808, antecedeu ao lançamento da GRJ e era voltado aos leitores do Brasil; o primeiro a ser impresso no Brasil, contudo, foi a GRJ. O jornal de Hipólito foi denominado *Correio Braziliense*, porque no começo do século XIX

(...) chamava-se brasileiros aos comerciantes que negociavam com o Brasil e brasileiros aos índios. Brazilienses eram os portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil e que se sentiam vinculados ao Brasil como à sua verdadeira pátria. Ao dar a seu jornal o nome de braziliense, Hipólito demonstrava que queria enviar sua mensagem preferencialmente aos leitores do Brasil³¹

²⁹ GRJ nº 55, 10 julho 1816.

³⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820-. 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.104.

³¹ LUSTOSA, Isabel. *O Nascimento da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p.14.

Esse periódico era mensal, continha cerca de cem páginas e compunha-se por densos artigos divididos em sessões: política, comércio e artes, literatura e ciências, miscelânea e, eventualmente, correspondência. Hipólito comentava os acontecimentos, principalmente, na seção de miscelânea, a qual incluía as “Reflexões sobre as novidades do mês”. O jornalista, que nascera em 1764 na colônia de Sacramento, na Cisplatina – parte do Brasil que hoje é o atual Uruguai -, expressava seus projetos para o Brasil e suas posições políticas. Estudou na Universidade de Coimbra e se filiara ao movimento liberal. Seu jornal era trazido, clandestinamente, por comerciantes ingleses e fazia franca oposição ao governo joanino, sem, contudo, atacar a figura do monarca. Em 1811, a Coroa portuguesa patrocinou a publicação, em Londres, de *O investigador português em Inglaterra*, visando à diminuição da influência do *Correio Braziliense*. Frente às acusações deste jornal, a estratégia adotada pela GRJ foi o enaltecimento da figura patriarcal do monarca; procurava criar um clima de estabilidade e as insatisfações e reações populares eram suprimidas.

SENDO o fim da Sociedade dos Homens supprir sua fraqueza individual, e promover de mãos dadas a mutua felicidade; quaesquer meios conducentes a tão importante objecto são indubitavelmente preciosos, e dignos de hum acertado governo. Esta insigne verdade conhece mui a fundo S.A.R. o Príncipe Regente N.S. que Deos nos conserve dilatados annos, pois que na gloriosa carreira de sua vida estimavel nada toma tanto a peito, nem procura com mais efficacia do que o bem, descanso, e prosperidade dos seus Vassalos, que sempre vão medrando debaixo de seu paternal cuidado. As provas dessa asserção fazem-se mais que evidentes nos sábios arbritrios adoptados neste Novo Mundo para melhoramento, e perfeição de tão vasto Continente como o do Brazil. Por vezes (*) em nosso Periódico temos sido affortunados orgãos da publicação destas incontestaveis verdades, que todos vem, sentem, e admirão(...)³²

Previam-se, na regulamentação das câmaras, punições para aqueles que não comparecessem aos festejos reais, e os cidadãos eram forçados a pavimentar e cair as suas casas - por onde passariam as procissões e cortejos -, o que gerava insatisfações populares. Os redatores da GRJ, procurando reforçar um ambiente de adesão e fidelidade ao Rei, relatavam a participação “espontânea” da população e o seu grande júbilo. Por outro lado, tudo que se contrapusesse à imagem idílica que a monarquia desejava passar era omitido, especialmente a atuação repressora da polícia do Rio de Janeiro.³³

³² GRJ nº 131, 13 dezembro 1809.

³³ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p.92.

Pela descrição do historiador inglês John Armitage, o qual viveu como comerciante no Rio de Janeiro, a GRJ dava a entender que o Brasil era um paraíso sem conflitos, visto que só informava

(...) ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os Príncipes da Europa e, de quando em quando as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume³⁴

Na edição de número cento e trinta e quatro, do ano de 1809, publicou-se uma carta remetida ao editor do correio de Londres, na qual se atacavam Hipólito e seu jornal. O documento foi escrito por J. de Correa, apresentando-se como encarregado dos negócios portugueses na Suécia:

(...) desejando sempre conservar o direito de huma patria, e de hum Soberano legitimo, não posso, nem como *Portuguez*, nem como vassallo, dedicado ao serviço de S.A.R o Príncipe Regente de *Portugal*, deixar passar em silencio ataques reitirados, que se fulminão impunemente n'uma obra incendiaria, intitulada *Correio Braziliense*, feita de propósito para arruinar a ordem, e tranqüilidade dos povos nesta parte do mundo.(...) O Reactor do *Correio Braziliense*, desde que se occupa em sua redacção, não faz mais que atacar directamente as authoridades constituídas de meu Augusto Amo, forcejando por desacreditar a sua administração(...).³⁵

Já em 1810, anunciava-se a venda de um folheto, na loja de Paulo Martin, que contestava os pressupostos do *Correio Braziliense*: “Na loja de *Paulo Martin*, filho, se acha o folheto em que victoriosamente refuta a Obra Periodica impressa em *Londres* com o Titulo *Correio Braziliense*, por 640 reis.”³⁶

As palavras disseminadas pelo *Correio Braziliense* contribuíram para incutir na elite brasileira os ideais liberais que formariam a ideologia do movimento de Independência. Hipólito da Costa defendia o fim da escravidão e a monarquia constitucional, embora “(...) acreditasse na idéia de um império luso-brasileiro, defendida por D.Rodrigo de Souza Coutinho, mostrando-se contrário à separação do Brasil de

³⁴ ARMITAGE, 1914 *apud* SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

³⁵ GRJ nº 134, 23 dezembro 1809.

³⁶ GRJ nº 31, 18 abril 1810.

Portugal até meados de 1822”³⁷. O *Correio* fez uma grande cobertura da Revolução Pernambucana de 1817 e também tratou da Inconfidência Mineira e demais movimentos que lutavam por uma maior autonomia política do Brasil frente a Portugal.

Ameaçada, a Coroa portuguesa procurou cooptar Hipólito para abrandar suas críticas. Apesar de considerar exageradas as críticas à família real e aos portugueses, feitas pelo jornalista Laurentino Gomes em seu livro *1808*, cabe aqui citar um trecho desta obra, sobre o acordo realizado entre Hipólito e o governo português:

O mesmo Hipólito que defendia a liberdade de expressão e idéias liberais acabaria, porém, inaugurando o sistema de relações promíscuas entre imprensa e governo no Brasil. Por um acordo secreto, D. João começou a subsidiar Hipólito na Inglaterra e a garantir a compra de um determinado número [pág. 135] de exemplares do *Correio Braziliense*, com o objetivo de prevenir qualquer radicalização nas opiniões expressas no jornal. Segundo o historiador Barman³⁸, por esse acordo, negociado pelo embaixador português em Londres, D. Domingos de Souza Coutinho, a partir de 1812 Hipólito passou a receber uma pensão anual em troca de críticas amenas ao governo de D. João, que era um leitor assíduo dos artigos e editoriais da publicação.³⁹

O público nunca teria tomado conhecimento desse acordo. Hipólito amenizou suas críticas e, apesar de sua grande contribuição na circulação do ideário liberal no Brasil e defender temas como a liberdade de imprensa e o fim gradativo da escravidão, o jornalista sempre tratou D. João respeitosamente e por ele passou a ser subvencionado, enquanto o primeiro redator da *Gazeta*, Frei Tibúrcio José da Rocha, trabalhou por quatro anos pelo jornal oficial sem ser remunerado. Os redatores da *Gazeta*, em contrapartida, buscavam enaltecer o monarca e legitimar o seu governo. Quando havia algum conflito ou crise, exaltavam-se os feitos de D. João: obras urbanísticas e incursões no território brasileiro; festas eram relatadas e mercês distribuídas. Esse simulacro mantinha-se através da censura e dos órgãos de repressão do governo, escamoteando a fome, a miséria, os pesados impostos e os conflitos sociais.

³⁷ NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.85.

³⁸ Referência por mim criada para indicar que o jornalista refere-se ao historiador americano Roderick J. Barman.

³⁹ GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007, p.53.

4.3. Antonio Gramsci e o Brasil do século XIX (1808 – 1821)

Estuda-se, neste segmento, o desenvolvimento das elites luso-brasileiras - a partir de uma reflexão teórica baseada nos conceitos sistematizados pelo pensador italiano Antonio Gramsci. Ao analisar a evolução da sociedade burguesa até as décadas iniciais do século XX, Gramsci elaborou a Teoria ampliada do Estado, a qual compreende o surgimento da Sociedade civil. Segundo essa teoria, o Estado não estaria mais limitado aos instrumentos de coerção (sociedade política), pois com a emergência da Sociedade civil começou-se a ter uma luta pela hegemonia, isto é, relações de direção político-ideológica que buscariam o consenso ativo do dominado. Além da coerção, as elites dominantes – agora hegemônicas – procurariam realizar concessões para manter a estrutura econômica e evitar conflitos diretos.

A Teoria Ampliada do Estado vai permitir que Gramsci renove o sentido da luta de classes (e intra-classes) e explique o fracasso das revoluções nos países ocidentais. Destaca-se uma diferença estrutural fundamental nas formações sociais: as formações orientais, caracterizada por uma sociedade civil débil e gelatinosa, contrastada por um Estado-coerção quase absoluto, e que portanto exigia uma ação direta, no sentido de uma guerra de movimento; e as formações ditas ocidentais, onde se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política; a um abalo do Estado, havia uma robusta estrutura da sociedade civil. A partir desta proposta, do Estado como uma trincheira da sociedade civil, que Gramsci formula estratégias para as sociedades ocidentais, que ele chamará de guerra de posição.⁴⁰

Quanto ao Brasil do século XIX, não é cabível definir relações de hegemonia, pois a Sociedade civil ainda era incipiente. Existiam relações de dominação, nas quais não se buscava o consenso das parcelas menos favorecidas, reprimindo-se pela força das armas qualquer manifestação popular por mudanças estruturais. O projeto político brasileiro era discutido entre as elites, e não versavam acerca de reformas sociais.

O Brasil foi claramente "oriental" durante o Império e a República Velha. A partir de 30, com interrupções, houve um processo de "ocidentalização", de crescimento e complexificação da sociedade civil. Hoje, penso que já somos uma sociedade "ocidental". Claro, um "Ocidente" periférico e tardio, que contém em seu interior vastas zonas "orientais". Mas esse era também o caso da Itália nos anos 30, e Gramsci não hesitou em considerá-la "Ocidente"⁴¹.

⁴⁰ DOMINGUES, João Luiz Pereira. *Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares*. Dissertação de Mestrado, UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

⁴¹ **Fonte:** *Folha de S. Paulo*. Caderno Mais!, 21 nov. 1999. *Entrevista de Carlos Nelson Coutinho, realizada por Maurício Santana Dias*.

Apenas nas décadas iniciais do século XX o operariado brasileiro insere-se como novo ator histórico no jogo político, ao fim da República Velha. Contudo, cabe analisar a estruturação da ideologia burguesa em sua origem, tal qual a influência dos intelectuais que buscavam dar legitimidade à ordem social. Nessa perspectiva, propõe-se a sondagem do período no qual se buscava minar os resquícios do Antigo Regime através das Revoluções liberais européias - sob a luz da Ilustração e da Revolução Francesa - cujos ideais ressoariam no Brasil e inspirariam rebeliões.

Para Gramsci, “Intelectual” é todo aquele que desempenha uma função organizadora na sociedade. Ao desenvolver essa definição, o teórico identificou dois tipos: o intelectual tradicional e o intelectual orgânico. Torna-se anacrônico, todavia, considerar os termos “intelectual orgânico” e “intelectual tradicional”. Não havia a busca pela hegemonia, e sim repressões diretas às Revoluções liberais, as quais - na Europa - eram contidas pela Santa Aliança - braço armado do Congresso de Viena. É possível, no entanto, delinear os pressupostos teóricos da burguesia, fortalecidos no século XIX, e que – no Brasil – constituiriam a hegemonia burguesa, no decorrer do século XX.

Define-se como *intelectual tradicional* o que se associa a um determinado grupo social ou instituição, e que exprime os interesses particulares compartilhados entre seus membros. As Forças armadas, a Igreja e as instituições de ensino superior são exemplos de setores que geram *intelectuais tradicionais*, os quais podem se vincular tanto às classes dominadas quanto às dominantes, mantendo uma certa autonomia em relação aos interesses das classes sociais.

Por sua vez, o *intelectual orgânico* seria o indivíduo responsável pela “organização cultural” na defesa dos ideais do grupo ao qual pertence; é aquele que provém de sua classe social de origem, mantendo-se vinculado a esta classe. Segundo Gramsci, cada grupo social que possui um papel fundamental na produção fabrica seus próprios intelectuais, ditos “orgânicos” a este mesmo grupo social. O “intelectual marxista”, nesta concepção, representa as bases nas quais nasceu ou se vincula, movimentando-se dentro delas em relação direta com as massas populares, com o objetivo de disseminar sua ideologia para que ela se torne hegemônica e venha a influir na própria infra-estrutura.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da

própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (...)⁴²

O Iluminismo, em contraposição ao Antigo Regime, produziu os seus intelectuais para reafirmar os valores burgueses, ao elaborar uma ideologia própria fundamentada no liberalismo e no fortalecimento da classe burguesa frente aos poderes régio e eclesiástico. Os filósofos iluministas desenvolveram os fundamentos conceituais da ideologia burguesa, a qual daria organicidade aos intelectuais dessa classe, nos séculos seguintes. O pensamento ilustrado influenciou de vasta maneira a vida política e intelectual de grande parte dos países ocidentais, servindo de embasamento teórico para reivindicações de cunho liberal e sustentáculo para processos de emancipação política.

Essa dicotomia entre a filosofia iluminista e os que queriam a manutenção do Antigo Regime – os quais ganhariam força com o Congresso de Viena e a formação da Santa Aliança - pode ser conferida na luta pelo domínio da palavra escrita. À medida que as prerrogativas liberais difundiram-se nas elites intelectuais e materializaram-se através de textos, um novo vocabulário e novas acepções puderam ser conferidos na produção escrita desse período. É através do signo lingüístico que a ideologia materializa-se na realidade, a qual transforma e por ela é transformada. De acordo com o lingüista russo Mikhail Bakhtin, o signo lingüístico é de caráter ideológico por natureza, uma vez que “Tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia.”⁴³

No Brasil do século XIX, as elites dominantes começaram a apresentar maiores discrepâncias entre si com a vinda da família real. Essa dissonância pode ser melhor verificada no que tange às questões acerca do constitucionalismo. À parte dos grupos que defendiam os preceitos ditos liberais, havia um outro, o qual era identificado com o despotismo: os anticonstitucionais. Estes, favoráveis ao absolutismo e ao ideário do Antigo Regime, eram designados pelo termo “corcunda”, o qual entrou na linguagem política a partir de 1821.

Esse momento histórico foi pródigo em *folhetistas*, *periodiqueiros*, ou *publicistas* os quais, através de seus veículos de divulgação, introduziram no mundo luso-brasileiro um vocabulário inédito que influenciou decisivamente o estilo político dos anos de

⁴² GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. 1968. p.3.

⁴³ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995, p.31

1820 a 1823. Esses novos vocábulos podem ser agrupados em torno de quatro conceitos fundamentais: despotismo, liberalismo, constitucionalismo e separatismo. Eles foram as chaves essenciais para a compreensão das principais idéias defendidas tanto pela elite coimbrã, quanto pela brasiliense, podendo ser identificadas as várias nuances que adquiriu a cultura política no Brasil, às vésperas da Independência, e que nortearam as ações destes indivíduos, responsáveis pela Constituição do Estado-Nação brasileiro.⁴⁴

Por volta de 1822 a elite brasiliense⁴⁵, ainda que fragmentada por diferentes vertentes, conjugou-se em um clima de crescente animosidade contra as Cortes, compreendidas como despóticas e arbitrárias. Criticavam-se as decisões tomadas pelos portugueses, os quais também viam a oposição como um afrontamento ao ideário liberal; ou seja, ambos diziam-se defender a “proposta liberal”. Na análise do discurso dessas elites, no discurso transmitido pela *Gazeta do Rio de Janeiro* e demais escritos - sobretudo após a eliminação da censura prévia - pode-se perceber toda uma gama de novas palavras e conceitos em meio às discussões sobre o liberalismo. A tríade que caracterizou a Revolução Francesa (Liberdade, igualdade e fraternidade) serviria como esteio para esse novo léxico que definiria a regeneração política após a Revolução do Porto em 1820, a qual será abordada aqui, posteriormente, com maiores detalhes.

Liberdade revelou uma relação de proximidade com **Constituição**, encontrando-se em cada vocábulo uma constelação de termos a ela referentes: livre, liberal, Liberalismo, constitucional, constituinte e pacto social.

Igualdade transformou-se na base da construção jurídica das instituições políticas do novo Estado liberal, relacionando-se às expressões igualdade de direitos, igualdade civil, igualdade política, interesse geral, interesse público, soberania da nação e soberania do povo.

Fraternidade, apesar de emprego mais raro, resumiu um novo estilo de virtudes de convívio, ligando-se à confraternidade, conciliação e tolerância. Coroando esta tríade e constituindo-se num verdadeiro pano de fundo da cultura política do período, encontram-se **razão** e **Luzes** que, juntamente com ilustração, progresso, prosperidade, civilização e felicidade, complementam a linguagem dos princípios e valores do Liberalismo do mundo luso-brasileiro.⁴⁶

Nesse âmbito, buscava-se ridicularizar o discurso dos adeptos dos ideais do Antigo Regime e anunciavam-se obras que tratavam dos anticonstitucionais, os

⁴⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820-. 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.117.

⁴⁵ Cf. neste mesmo capítulo as definições de “elite braziliense” e “elite coimbrã”.

⁴⁶ *Ibid.*, p.141.

“corcundas”, de forma jocosa: “Sahio á luz: Diccionario Corcundatico, ou Explicação das phrazes dos Corcundas, por José Joaquim Lopes de Lima(...)”.⁴⁷

Por conseguinte, depreende-se que o signo lingüístico, utilizado para criar representações da realidade, transforma-se diretamente de acordo com aquilo que é tangível; ou seja, a realidade em si existe em amplo debate dialético com o léxico de uma determinada sociedade. A realidade é refratada de acordo com o ponto-de-vista daqueles que possuem acesso à produção escrita. Na análise da *Gazeta do Rio de Janeiro*, nesse processo de transição para uma política mais liberal (leia-se: constitucional), verifica-se a configuração de um novo vocabulário, neologismos e conceituações. Cabe aqui citar um trecho de Mikhail Bakhtin, o qual é emblemático para se compreender a forma como as palavras, com toda sua carga ideológica, sustentam a consciência coletiva e se agregam ao que é tangível, dando-lhe forma:

(...) a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistema ideológicos estruturados e bem-formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.⁴⁸

Esse embate ideológico, compreendido entre a vinda da Corte portuguesa e a Independência do Brasil, foi travado no seio das elites luso-brasileiras, cuja cultura política já mostrava nuances de singularidade. No que se reporta àqueles designados como partidários do liberalismo, houve uma ramificação em dois grupos distintos: Um grupo do qual participavam, predominantemente, indivíduos que se graduaram em Coimbra, nascidos em Portugal, a elite coimbrã; e um grupo que representava a elite brasiliense, natural do Brasil, que de modo geral não possuía estudos universitários, embora em poucos

⁴⁷ GRJ nº 114, 22 novembro 1821.

⁴⁸ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995, p.41.

casos tivessem alguma instrução acadêmica, por terem freqüentado universidades francesas. Ambas as elites desfrutavam de uma posição social privilegiada.

Com a abertura dos portos, comerciantes e negociantes ascenderam socialmente e o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro gerou uma série de atividades administrativas, cargos burocráticos e militares. As principais divergências entre essas elites deram-se nas questões que giravam em torno do constitucionalismo - o qual ganhou forças após a Revolução liberal do Porto - e no que tangia à Independência. Basicamente, a elite coimbrã reunia adeptos de um liberalismo moderado, favorável a uma monarquia centralizada, com o Poder Legislativo sob o predomínio do Poder Executivo e a soberania compartilhada entre o rei e os representantes da nação; Já a elite brasiliense almejava uma monarquia com uma menor concentração de poderes, predominando o poder Legislativo sobre o Executivo, calcada na soberania do povo. De acordo com a historiadora Lúcia Maria Bastos, no amplo debate sobre os preceitos liberais espalhados pelos escritos de 1821-1822, a própria interpretação dos termos era divergente entre esses dois grupos.

Para a elite coimbrã, as interpretações dos termos não explicitados e da linguagem figurada eram preenchidas pelas idéias da tradição ilustrada portuguesa, que considerava a educação uma fonte de poder, capaz de produzir reforma sem alterações de ordem social. Este segmento social pautava-se pela transmissão de um pensamento oficial, que não via na imprensa um mecanismo capaz de formar uma opinião pública, mas que se preocupava apenas em conter o avanço de idéias mais radicais. Já para a elite brasiliense, a leitura diferia um pouco, pois adotava pensamentos e atitudes pautados num Liberalismo mais radical, que, embora não culminasse com a idéia de revolução social, vislumbrava uma mudança mais profunda da sociedade.⁴⁹

Não existe uma homogeneidade social no que diz respeito aos membros das elites, embora parte significativa dela fosse recrutada entre os setores sociais dominantes. Um estudo sócio-econômico de uma parte das elites político-intelectuais às vésperas da Independência revela que:

No conjunto de deputados e procuradores, que melhor identificam a elite política, verificou-se que a maior parte originava-se do meio rural e do ambiente urbano das atividades mercantis, como também, no decorrer de suas vidas, tornaram-se proprietários de terra, principalmente donos de engenhos e negociantes. Integravam, por conseguinte, a elite social e econômica do país. Quanto à elite intelectual, sua composição era mais diversificada, apresentando uma proporção menor daqueles que provinham de famílias proprietárias de terras ou ligadas às atividades mercantis. Descendiam de pais militares, mas com patentes sem maior expressão, de

⁴⁹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.97.

funcionários públicos, de bacharéis e, até mesmo, de um artesão. Ao longo de sua vida profissional, foram, em geral, professores, funcionários públicos, padres sem grande projeção na carreira eclesiástica e alguns advogados.⁵⁰

Segundo uma carta publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em setembro de 1821 havia três partidos políticos em Porto Alegre: o dos “constitucionais exaltados”, o dos constitucionais moderados”, e o dos “corcundas”. Ou seja, um grupo de cunho mais democrático; o grupo dos liberais que desejavam uma monarquia constitucional centralizada, e os que apoiavam o Absolutismo, respectivamente. Realizada a Independência, acentuaram-se as divergências ideológicas entre os grupos coimbrão e brasiliense, cada vez mais antagônicos. Os principais expoentes do grupo coimbrão foram José Bonifácio, Hipólito da Costa e José da Silva Lisboa, dentre outros; do grupo brasiliense, destacam-se Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa.

Aos sequazes das Cortes de Lisboa, opunham-se aqueles que procuravam diminuir, sistematicamente, o poder do Imperador, taxados de republicanos e perseguidos, muitos presos e exilados em consequência da devassa realizada em novembro de 1822: “Formavam um **partido** que propagava um ideário liberal mais radical, e que, embora defensores de uma monarquia, pregavam a soberania popular e os limites do poder real, não aceitando a idéia do direito de veto do rei.”⁵¹

Seguindo-se o raciocínio de Gramsci, o próprio partido é um intelectual orgânico, canalizador das aspirações e interesses de seus membros. Nessa época, contudo, o termo “partido” possuía uma denotação pejorativa, que assumia a acepção de “bando” e “facção”, cujos membros estavam envolvidos em desordens públicas.

Os jornais e folhetos enumeravam, ao longo de 1821 e 1822, os vários tipos de partido que surgiam, embora estes não implicassem programas estruturados e posições ideológicas inteiramente definidas. Em 1821, os dois principais partidos que se delineavam em Portugal eram o “partido dos corcundas” e o “partido dos constitucionais”. No Brasil, despontavam o “partido brasileiro” e o “partido europeu”. Em 1822, os grupos divergentes no Novo Mundo ocultavam-se na proposta comum de Independência do Brasil, porém, à medida que este objetivo foi sendo alcançado, as diferenças de um modelo de sistema de governo foram se acentuando entre os dois grupos das elites coimbrã e brasiliense, embora fosse indevido considerá-las partidos políticos.⁵²

⁵⁰ Ibid., p.85.

⁵¹ Ibid., p.194.

⁵² Ibid., p.195.

Pode-se delinear a gênese da noção de partido político, no Brasil, no confronto de idéias respectivas ao ideário liberal e na elaboração de leis escritas, constitucionais.

Na cultura política do constitucionalismo, a idéia de partido começou a se vislumbrar numa concepção de grupos que se posicionam a favor ou contra alguma prática política. Sem dúvida, no contexto dos inícios do oitocentos no mundo luso-brasileiro, partido não identificava um conjunto de indivíduos, com organização pública, aberto à inscrição de filiados, apresentando uma ideologia e um programa definidos. Entretanto, a utilização de dois termos na literatura da época, partido e facção, já demonstrava os primórdios de uma postura partidarista na cena política.⁵³

Em 3 de junho de 1822, D.Pedro convocou a primeira Assembléia Constituinte brasileira, que tinha como parâmetro oferecer oposição aos portugueses que ameaçavam a Independência e almejavam a recolonização do país.

Embora visassem, no plano político, a alvos e estratégias diferentes os dois grupos que formavam a elite intelectual no país apresentavam pontos de contato e se mantiveram aparentemente unidos até a convocação da Assembléia Constituinte do Brasil, momento em que afloram as principais divergências quanto à estrutura política que devia dar forma ao Império brasileiro.⁵⁴

A produção da *Gazeta do Rio de Janeiro*, desde o início, esteve voltada à legitimação da Coroa portuguesa na figura de D.João VI e da casa de Bragança. A reafirmação dos valores monárquicos e a glorificação do monarca sempre vinham em resposta às crises, tanto interna quanto externamente. O periódico configurou-se como um aparelho ideológico de Estado⁵⁵, destinado à manutenção da ordem vigente, das elites imperiais detentoras do poder político-econômico, sobretudo grandes proprietários de terra e escravos. Em épocas de efervescência ideológica, nas quais distintas correntes de pensamento procuram suplantar as demais, o Estado se vale – mais efetivamente - das instituições a ele vinculadas para dar coesão à estrutura social. Há uma íntima relação entre essa estrutura e as idéias que a legitimam ou lhe negam. Na seqüência, abordam-se alguns conceitos segundo a concepção de Antonio Gramsci, para dar seguimento à análise das elites brasileiras no primeiro quartel do século XIX.

⁵³ Ibid., p.194.

⁵⁴ Ibid., p.277.

⁵⁵ Cf. ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1966.p. 114: “(...) o exército, a polícia, os tribunais, os presídios etc, que constituem o que doravante denominaremos de Aparelho Repressivo de Estado. O ‘repressivo’ sugere que o Aparelho de Estado em questão ‘funciona pela violência’. (...) Daremos o nome de Aparelhos Ideológicos de Estado a um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. (...); o AIE religioso (...); o AIE escolar (...)”

Em sua gênese, o termo “ideologia” possuía relação demasiada com a percepção sensorial, e o plano cognitivo possuía preponderância nas análises históricas, em detrimento de uma análise mais profunda dos processos produtivos que sustentavam uma determinada sociedade, sua base material. Marx criticou os filósofos por se preocuparem apenas com a teoria, e como resposta aprofundou o conceito de *práxis*⁵⁶. Essa concepção idealista da história foi submetida à crítica de Karl Marx e Friederich Engels, e o termo “ideologia” passou a designar algo negativo, uma falsa consciência, pertencente à superestrutura, sedimentada a partir das relações materiais de produção: a infra-estrutura. Pela teoria marxista, a superestrutura corresponderia à estrutura jurídico-política e à estrutura ideológica; a posição do marxismo é que a infra-estrutura condiciona a superestrutura. Essa questão é abordada em *A ideologia alemã*, livro no qual Marx aponta que não se pode dissociar a coerção ideológica da questão política da dominação:

As idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual (...). Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias de seu tempo em que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época.⁵⁷

Nessa perspectiva, “ideologia” assume o significado pejorativo de *representação ilusória*, utilizada pelas classes dominantes para sua legitimação frente às classes subalternas, panorama que deve ser superado com a tomada de consciência, por parte do indivíduo, acerca dos fatores que determinam a sua existência material. Essa *representação ilusória* é responsável por criar uma *realidade ilusória*, um simulacro. Ao elaborar o seu método de abordagem, o *materialismo histórico*, Marx estava preocupado com a perspectiva histórica da dominação e da luta de classes.⁵⁸

⁵⁶ Processo pelo qual uma teoria é executada, tornando-se experiência vivida. Para Marx, representa o poder humano em transformar a natureza, o ambiente à sua volta; o poder de modificar o meio social em que se vive; é a união dialética e dinâmica entre a teoria e a prática.

⁵⁷ MARX, K. ENGELS, F. *A ideologia Alemã (Feuerbach)*. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

⁵⁸ Não se pretende aqui realizar uma análise exaustiva do pensamento marxista. Objetiva-se comparar os conceitos estabelecidos por Marx e a sistematização destes na óptica do marxista Antônio Gramsci, no que concerne à temática deste trabalho.

Gramsci, porém, adotou uma visão particular ao tratar da problemática da ideologia. A ideologia é, para o pensador dos *Cadernos*, tudo que está organizado no plano das idéias, não se restringindo apenas às concepções introjetadas pelos setores que detêm os meios de produção. Não se poderia pensar a ideologia de forma ideológica, uma vez que ele propõe uma diferenciação entre as “ideologias orgânicas” e as “ideologias arbitrárias”: “(...) é preciso distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, que são necessárias a uma certa estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalizadas, desejadas(...)”⁵⁹. As *ideologias orgânicas* emanariam da vontade coletiva, organizadoras das aspirações comuns, enquanto as *ideologias arbitrárias* seriam individuais ou concebidas por pequenos grupos; artificiais. Gramsci explica que

O processo desse erro pode ser facilmente reconstituído. 1) A ideologia é identificada como distinta da estrutura e se afirma que não são as ideologias que mudam a estrutura, mas, ao contrário, é a estrutura que muda as ideologias: 2) afirma-se que determinada solução política é ‘ideológica’, isto é, insuficiente para mudar a estrutura, quando acredita que poderia mudá-la; afirma-se, então, que ela é inútil, estúpida, etc ; 3) passa-se, por fim, a afirmar que toda ideologia é ‘pura’ aparência, é inútil, estúpida, etc.⁶⁰

Sob o viés de Gramsci, o produto da estrutura, das relações sociais de produção, não é gerado de forma determinante por essa mesma estrutura; não é uma relação mecânica de causa e efeito. De acordo com Marx tal relação também não é uma relação determinística, mas o condicionamento da superestrutura à infra-estrutura é mais visível. Marx procurou enfatizar a materialidade da base econômica, enquanto Gramsci enfocou a correspondência, ao refletir sobre o campo da cultura; isto é, a superestrutura (os valores morais, a tradição, as idéias etc.) estabelece uma relação recíproca com a estrutura material, assim como as palavras dialogam com a realidade tangível e, em ambos os processos, influenciam e são influenciadas dialeticamente. Não é a primazia do discurso, da “fala vazia”, mas da atuação da cultura no campo político, enquanto elemento de transformação, como prática efetiva.

Esse vínculo entre estrutura e superestrutura, que nada mais é que o *bloco histórico*, torna-se mais perceptível em processos de transição, nos quais as idéias, as teorias, procuram legitimar-se e concretizarem-se em práticas políticas vigentes, uma vez

⁵⁹ GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edição crítica do Instituto Gramsci, org. Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1977. p.868.

⁶⁰ GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edição crítica do Instituto Gramsci, org. Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1977. p.868.

que “(...)o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é um reflexo do conjunto das relações sociais de produção.”⁶¹ E é nesse contexto que se dá a luta pela *hegemonia*, cujo conceito, tal qual proposto por Gramsci, implica não somente no uso da força, mas no monopólio das atividades culturais e ideológicas, as quais seriam o campo de atuação dos intelectuais; é nessa esfera que eles se fazem presentes ao orientar as aspirações dos setores a eles vinculados. O Estado, aliado à *sociedade civil*, “(...)o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”(...)”⁶², exerce a coerção do pensamento para impor a sua *hegemonia*, que é a própria capacidade de subordinar intelectual e moralmente as demais classes através da persuasão e da educação, vista aqui em uma acepção ampla. Esses organismos seriam encarregados de difundir a ideologia dominante, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, partidos etc.

Paralelo ao conceito de *Hegemonia* de matriz *gramsciana* associa-se o de *Contra-hegemonia*, o qual serve para qualificar as manifestações que divergem da ordem político-cultural que vigora, ao assinalar novas propostas de gestão através da transformação da mentalidade social - pela cultura - o campo de atuação dos intelectuais. A mentalidade do Antigo Regime, assentada nos privilégios de estamento e na tradição, foi - sistematicamente - contraposta pelos pensadores ilustrados, mediante a difusão do pensamento liberal, o que viria a garantir a consolidação da hegemonia burguesa à medida que a Sociedade civil fosse fortalecida, ao longo do tempo. Porém, cabe ressaltar que tal relação não se constituía pela “cultura hegemônica” do *Ancien Régime* em oposição a uma cultura dita “liberal”; “contra-hegemônica”, mas sim de forças ideológicas antagônicas em choque direto. Uma estrutura buscava a dominação-coerção da outra, e não se estabelecer hegemonicamente; e, em Gramsci, *Dominação* opõe-se à *Hegemonia*.

Com a Corte portuguesa no Brasil, se o racionalismo e a ciência foram privilegiados, sob influência da Ilustração, o mesmo não aconteceu com os “abomináveis ideais franceses”, frutos da Revolução de 1789. Os escritos franceses foram duramente criticados nas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro* até a derrota de Napoleão. Apesar de algumas dessas obras serem divulgadas, as quais traziam um vocabulário que girava em torno da “igualdade social”, nas páginas da própria GRJ fazia-se a sua contraposição, ao

⁶¹ Idem, *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p.p 52-53.

⁶² Idem, *Cadernos do Cárcere*. Civilização brasileira 2000. Vol 2. p.p 21-22.

tratá-las de forma pejorativa; divulgava-se, mas se refutava ao mesmo tempo, seja desqualificando ou indicando alguma outra produção que as confrontassem. “Sahio á luz: Os Pedreiros Livres, e os Illuminados, que mais propriamente se deverião denominar os **Tenebrosos**. Vende-se na Loja da Gazeta a 480 reis: assim como a Verdadeira Vida de Bonaparte por 960 reis”.⁶³

Em um primeiro momento, quando eclodiu a Revolução na cidade do Porto, a GRJ tratou do assunto como uma grave ofensa ao Príncipe regente. Após as reivindicações e resoluções das Cortes, as quais não deixavam de demarcar o seu poder, mudou-se o discurso expresso pelo periódico. Com o fim da censura prévia no Brasil, em 1821, D. João tornara-se o “monarca constitucional” em uma época em que vários escritos, os quais criticavam àqueles que rejeitavam a idéia de uma Constituição foram produzidos. Sublimava-se a imagem do Príncipe regente e anunciavam-se obras que buscavam estabelecer nitidamente a diferença entre um “corcunda” e um “liberal”: “Sahio á luz huma linda falla dirigida aos *Portugueses*, em que se mostra o que he hum Corcunda, e hum Liberal. Vende-se na Loja da Gazeta por 80 réis”⁶⁴

Tais mudanças de trato foram conseqüências diretas da Revolução liberal do Porto, cujas resoluções acerca da administração régia abrangiam o Brasil, inclusive ao apontar a adoção de medidas constitucionais. A administração de D. João já era questionada pelo *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa; se não questionava a figura do monarca, visto que era a favor da monarquia e de D. João, apresentava novas possibilidades de gestão administrativa. Em 1812 Hipólito foi cooptado por D. João e amenizou suas críticas; diante desse acontecimento, pode-se estabelecer um paralelo com o conceito *gramsciano* de *Transformismo*, que representa o englobamento dos elementos dissonantes à ideologia - hegemônica, em Gramsci; dominante, ao se pensar o Brasil do século XIX. E é apenas em meados de 1822 que Hipólito opta pelo separatismo.

Com a permanência de D. João no Brasil, Lisboa perdera sua hegemonia enquanto sede do Império e, com a presença inglesa, para as Cortes portuguesas *hegemonia* significava a própria unidade e soberania nacionais. Ao fim da censura prévia em Portugal - que depois se estenderia ao Brasil - criou-se uma regulamentação rigorosa sobre o conteúdo dos impressos. Passou-se a criticar a supremacia das Cortes de Lisboa e suas

⁶³ GERJ n° 37, 14 dezembro 1809. Grifo meu.

⁶⁴ GRJ n° 54, 5 Julho 1821.

decisões, as quais cada vez mais descontentavam os habitantes do Brasil, servindo para incutir sentimentos separatistas.

Através das discussões que mantiveram, esses escritos revelaram aspectos novos do ideário político do liberalismo e indicaram, assim, a constituição, embora tênue e restrita, de uma esfera propriamente pública no Brasil. Transformaram seus escritos, enquanto veículos da cultura política da época da Independência, em instrumentos educacionais da própria elite e, marginalmente, também para assegurar a subordinação das camadas situadas nas fimbrias dos grupos privilegiados. Em oposição ao despotismo, desenvolveram uma *pedagogia* do constitucionalismo, que, após 1822, serviu de base para o separatismo, levando à dissolução do império luso-brasileiro.⁶⁵

Atrelada à noção de *Transformismo* pode-se associar a de *Revolução passiva*, a qual – em Gramsci – é estabelecida visando-se eliminar o radicalismo das reivindicações, evitando-se que a população tome controle e empreenda reformas sociais. Pode-se pensar até que ponto essa concepção de “Revolução-restauração”, ou seja, a revolução a partir de cima possui pontos de contato com a Independência do Brasil - ou até mesmo com a Proclamação da República -, uma vez que a situação geral da população não se modificou com a transição política.

⁶⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.113.

5.O discurso político e legitimado

A ideologia expressa pela *Gazeta do Rio de Janeiro* servia para moldar as representações coletivas em relação a D.João; adaptava-se e buscava legitimar-se frente aos leitores. Neste capítulo, ressalta-se a perspectiva do jornal diante dos conflitos, seu posicionamento e de que forma as conjunturas foram concebidas e moldadas pelo jornal. Desde o primeiro número, quando o conteúdo destinava-se a combater - por intermédio das letras - o exército napoleônico, o discurso elaborado pelo jornal “(...) concebia de maneira particularizada a palavra e as representações que ela idealizava para a memória coletiva.”⁶⁶

Entre 1820 e 1822, o mundo luso-brasileiro assistiria a um intenso debate em torno das idéias liberais, as quais ganhariam relevância nas páginas do jornal. Tal debate foi propiciado pela divulgação – sem precedentes – de escritos diversos, originários de Portugal, mas que logo chegavam ao Brasil. Se em 1820 a ênfase deu-se na crítica aos partidários do Antigo Regime, no ano seguinte as contradições dos ideais constitucionalistas começaria a surgir, para culminar, em 1822, sob a forma de separatismo, com a aclamação e coroação do primeiro imperador.⁶⁷

5.1. De Napoleão até a Revolução do Porto

Napoleão Bonaparte foi personagem central nas páginas da *Gazeta* entre os anos de 1808 e 1815. Em meados de 1815 proliferaram notícias referentes à elevação do Brasil a Reino unido a Portugal e Algarves e, gradativamente, a partir de 1816, as notícias sobre o Brasil ganhavam maior destaque. Estas se intensificaram em 1817 graças às preocupações geradas pela Revolução Pernambucana, embora tal conflito não tenha sido tratado de forma extensiva como foi no *Correio Braziliense*, e mal foi noticiado. O impresso do Rio de Janeiro veiculava a “versão oficial” dos acontecimentos, com os rebeldes - os quais se revoltaram contra os pesados impostos criados pelo Príncipe regente - qualificados como

⁶⁶ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. P.121

⁶⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.16.

“malvados”⁶⁸ e adjetivos semelhantes. Os avanços no território brasileiro eram assinalados como símbolo de progresso, e as políticas expansionistas joaninas seguiam as resoluções assinaladas na Carta Régia de 13 de maio de 1808, a qual proclamava guerra aos índios botocudos e o estabelecimento da navegação no Rio Doce. Em 1820, com a Revolução do Porto, a temática não poderia ser outra que não o constitucionalismo. Em Portugal, clamavam-se a volta de D.João e a instauração de uma Constituição; as seções das Cortes portuguesas receberam ampla atenção, descritas em edições completas da GRJ.

Até 1815, a atenção do primeiro impresso brasileiro voltou-se para os conflitos decorrentes da expansão napoleônica. Ao compilar extratos de gazetas européias, o espaço concedido às “notícias internacionais” era quase total. Ressaltava-se a luta contra o “(...)Tyranno do Mundo”⁶⁹; o “(...)inimigo commum(...)”⁷⁰. Napoleão Bonaparte era associado à figura do anti-Cristo, enquanto buscava-se “(...)o resgate da Europa.”⁷¹ e a Grã-Bretanha era a nação responsável por “(...)opperar a salvação do mundo.”⁷² Acompanhava-se a movimentação de tropas e as proclamações napoleônicas, cobrindo-se a repercussão nos países afetados pelo expansionismo militar francês. A guerra não se restringiu aos embates em território europeu. Em represália à invasão de Portugal, D. João VI ordenou a invasão da Guiana Francesa, a qual se rendeu às tropas portuguesas em 12 de janeiro de 1809. Um dos objetivos da invasão era a redefinição das fronteiras brasileiras com a Guiana Francesa, pelo que regulamentava o Tratado de Utrecht. Por terra, foram enviados do Pará cerca de setecentos homens comandados pelo Tenente-coronel Manoel Marques. A Guiana só seria devolvida à França em 21 de novembro de 1817, devido ao Tratado de Viena. Na *Gazeta Extraordinária* de número trinta e um - de 1809 - informa-se aos leitores de que as gazetas de números setenta e três e setenta e quatro já haviam transmitido o que acontecera “(...) nos Cantões do *Oyapok*, e *Aproak*(...)”⁷³ e que na referida edição extraordinária iriam apresentar ao público a narração do que se sucedera desde então até a total conquista da Guiana:

⁶⁸ GRJ n° 39, 14 maio 1817.

⁶⁹ GRJ n°1, 10 setembro 1808.

⁷⁰ GRJ n°1, 10 setembro 1808.

⁷¹. GRJ n°1, 10 setembro 1808.

⁷² GRJ n°1, 10 setembro 1808.

⁷³ GERJ n° 31, 9 junho 1809.

(...) apresentamos ao Público a narração do mais, que se passou até a total conquista da *Guianna*, o que expõe por extenso o Offício do Commandante da Expedição o Tenente Coronel de Artilheria *Manoel Marques*, dirigido ao Excellentissimo Governador do *Pará* (...) ⁷⁴

Durante a guerra com Napoleão, somado ao relato das batalhas contra o exército francês, havia um embate ideológico. Lutava-se contra os “papéis franceses”, elaborados após a Revolução Francesa, os quais – segundo o periódico – quase extinguíram a religião, aniquilaram a nobreza e derrubaram do trono os seus legítimos soberanos. E, após terem causado transtorno à França, e alegado que os governantes eram incapazes de levar seus povos à “Felicidade”, ameaçavam fazer o mesmo às demais nações por intermédio de uma “nova guerra”. Em abril de 1809, discursava-se “(...) sobre a utilidade dos Papeis públicos na presente guerra”⁷⁵, os quais teriam criado uma nova forma de combate: “Então se proclamou hum novo genero de guerra; huma guerra de direitos sociaes(...). Os papeis públicos vierão em consequencia a subministrar huma das principaes armas dos Exércitos *Francezes*”⁷⁶

No quinto número da GRJ, em 1808, apresenta-se um extrato de uma carta do juiz da Alfândega de Faro ao Príncipe regente sobre a fuga do general francês Junot, a 9 de junho, em decorrência da sublevação nacional de 1808, a qual se desenvolveu a partir do Porto (6 de Junho), de Trás-os-Montes e do Algarve, obrigando o exército de Junot a concentrar-se ao redor de Lisboa. Insuflava-se o patriotismo dos membros da Corte residentes no Brasil, alegando-se que “O General Francez residente nesta Cidade manda huma columna de tropas para castigar hum tão grande patriotismo, esta He rechaçada, e retira-se sem effeito.”⁷⁷. A Restauração lusitana foi alcançada ao final de setembro de 1808, com ajuda militar inglesa. A população lisboeta proclamava a Restauração completa do Reino, reconhecendo os militares britânicos Arthur Wellesley - que mais tarde viria a ser o Duque de Wellington - e William Carr Beresford como libertadores de Portugal. Este país foi invadido três vezes pelos franceses; a primeira em 1808; a segunda em 1809 e, a última, em 1810.

⁷⁴ GERJ nº 31, 9 junho 1809.

⁷⁵ GRJ nº 66, 29 abril 1809.

⁷⁶ GRJ nº 66, 29 abril 1809.

⁷⁷ GRJ nº 5, 28 setembro 1808.

Na edição de número seis apresenta-se uma proclamação do general Junot, a qual é, ao longo deste mesmo número, contraposta sistematicamente. As “réplicas” ao conteúdo da proclamação vinham em itálico, logo em seqüência, deixando claro o cunho fortemente opinativo de uma “imprensa de guerra”, estabelecendo uma espécie de debate com o documento francês. As respostas ao texto de Junot constituíam-se de contundentes invectivas. Assim começava a proclamação do general: “O Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Duque de Abrantes (...)”⁷⁸. Ao fim do período, vinha a réplica da GRJ, em itálico, contestando o título conferido ao militar: “O General Junot não He Duque de Abrantes; porque ainda semelhante titulo lhe não foi conferido pelo Legítimo Soberano deste Reino, de quem só o podia receber”⁷⁹.

A proclamação continuava: “Os quaes deixando-se levar de conselhos pérfidos se sublevarão.”⁸⁰. E a resposta da *Gazeta* vinha em seguida: “Nós não nos sublevamos: pegamos em Armas para defendermos os direitos do nosso Legitimo Soberano, e da nossa Patria opprimidos por Usurpadores.”⁸¹.

Na seqüência do documento francês buscava-se dissuadir o exército português de batalhar, alegando-se a superioridade bélica francesa: “Sem calcular a impossibilidade do bom êxito durável de huma tão desatinada empreza”⁸²; À provocação, retrucava-se no jornal, ameaçadoramente: “O proprio General Junot conhecerá brevemente se a empreza hade ter bom ou mao exito.”⁸³.

As réplicas às palavras do general continuam até o fim do texto francês, o qual procurava dar a entender que os portugueses estavam sendo persuadidos pela Inglaterra a batalhar contra Napoleão, ao que se respondia que a Inglaterra em nada havia aconselhado e, se os ingleses rumaram a Portugal, foi porque os portugueses chamaram-nos para dar-lhes armas, pois os franceses as haviam roubado. Tratava-se de uma “imprensa de guerra”; representava o baluarte da Coroa portuguesa no Atlântico.

⁷⁸ GRJ nº 6, 1 outubro 1808.

⁷⁹ GRJ nº 6, 1 outubro 1808.

⁸⁰ GRJ nº 6, 1 outubro 1808.

⁸¹ GRJ nº 6, 1 outubro 1808.

⁸² GRJ nº 6, 1 outubro 1808.

⁸³ GRJ nº 6, 1 outubro 1808.

Uma parte interessante do documento de Junot sobre a Inglaterra, cabível de destaque, é a visão deste país como inimigo comum, mas que Portugal preferira manter-se aliado aos ingleses. A resposta dos redatores da *Gazeta* revela que o pensamento corrente era que Napoleão desejava fazer guerra apenas contra a Inglaterra, fechando o continente, mas depois se compreendia que os franceses almejavam dominá-lo. Assim procurava argumentar Junot: “E sem ver que esta vã agitação só podia redundar em proveito do inimigo commum, e vir a parar na sua ruína inevitável.”⁸⁴ E se contrapunha no jornal:

Houve tempo, em que pensamos, que os Francezes, fechando o Continente, querião fazer a guerra aos Inglezes, a quem chamavão inimigo commum: porém estamos bem desenganados à nossa custa. Os Francezes querem dominar o Continente, para o roubar, para o devastar, para pôr nos seus Thronos Dynastias Francezas, e em fim, para fazer a todos escravos de Paris. Hoje todos conhecem, que o inimigo commum não só da Europa, e da Inglaterra, mas do Mundo inteiro são os Francezes,; e só delles nos póde vir huma ruína inevitável.⁸⁵

O documento segue, assim como as críticas, inserido no próprio corpo do texto do jornal. Por intermédio das palavras, os representantes da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra imprimiam um tom de desafio a Junot e a Napoleão, reafirmando seu patriotismo e a batalha comum, ao lado da Inglaterra, contra o “Tyranno do Mundo”. Essa temática, denominada de “Ciclo napoleônico” pela historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, teve preponderância até a derrota de Napoleão, em 1815, como já assinalado.

Enquanto os “papéis franceses” encarnavam a perfídia e o despotismo, enalteciam-se as folhas inglesas como guardiãs da liberdade.

As Gazetas, que em *Inglaterra* são constitucionalmente livres e singelas, vem a ser em *França* hum dos meios essenciaes de que o Governo lança mão para se acreditar persuadindo o que quer. He portanto necessário ler com summa prevenção tudo quanto são papeis Francezes, quero dizer; todos os differentes Paizes, onde existe influencia Franceza ; pois de certo contém falsidades, e muitas vezes tão descaradas, que admiraria como se atrevem a publicallas, senão se soubesse que hum dos caracteres do Dispotismo, He o desprezo até da verossimilhança.⁸⁶

⁸⁴ GRJ n° 6, 1 outubro 1808.

⁸⁵ GRJ n° 6, 1 outubro 1808.

⁸⁶ GRJ n° 11, 19 outubro 1808.

Nessa “guerra de penas”, creditava-se verossimilhança e racionalidade apenas aos escritos ingleses, os quais - alegava-se - não haviam sido corrompidos pelos inimigos e não se limitavam a copiá-los, ao realizar o devido escrutínio de quaisquer textos de procedência francesa:

Por huma fatalidade, de que não He fácil atinar a rasão, nenhum dos gabinetes Europeos, exceptuando o da Grã-Bretanha, soube oppor resistência alguma a este terrível gênero de guerra. No *Norte*, na *Alemanha* inteira, na *Itália*, *Hespanha*, e em *Portugal* os Escrito periódicos, copiando cegamente as noticias das *Gazetas Francezas*, transcreviao com emphase, e sem refutação alguma os mesmos papeis, que preconisavão o Governo *Francez*, que culminavão, e vituperavão todos os outros, e que solapavão assim as bases de todas as instituições sociaes.⁸⁷

No Brasil, livros e folhetos foram criados para a refutação dos “princípios jacobinos”. Os primeiros livreiros especializados dos quais se tem notícia, no Rio de Janeiro, eram de origem francesa e chamavam-se João Roberto Bourgeois e Paulo Martin Bourgeois. Este, o livreiro-editor mais importante até 1822, além de ser o distribuidor oficial da *Gazeta do Rio de Janeiro* e autor de alguns catálogos, possuía uma loja na Rua da Quitanda e teve obras divulgadas pela GRJ, como relatou a historiadora Lúcia Maria:

Entre 1810 e 1813, encontravam-se na *Gazeta* anúncios de sua loja na rua da Quitanda nº 33, com a menção de “obras novas”, que já haviam sido impressas em Portugal, ou reimpressas no Rio de Janeiro, intituladas *Portugal desafrontado*. *Dialogo entre hum Official francez da legião do Meio-Dia e hum Ecclesiastico da Provincia de Entre-Douro-e-Minho* (1808), *Partidista contra Partidista* e *Jacobinos Praguejados* (1809), todos folhetos políticos relacionados ao ciclo napoleônico. Destinavam-se a combater e denegrir Napoleão Bonaparte, considerado, pelos homens de época, o continuador da Revolução Francesa. O ataque visava ainda a influência real que a França sempre exercera no mundo ibérico.⁸⁸

A situação da Espanha também possuía relativo espaço. Em março de 1808 as tropas de Napoleão ocuparam Madrid, obtiveram a abdicação de Carlos IV e obrigaram Fernando VII, rei de Espanha, a assinar a própria abdicação, prendendo-o no castelo de Valençay até dezembro de 1813. José Bonaparte, irmão de Napoleão, foi proclamado rei de

⁸⁷ GRJ nº 67, 3 maio 1809.

⁸⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. – UERJ *Trajetórias de livreiros no Rio de Janeiro: uma revisão historiográfica: João Bourgeois e Paulo Martin: livreiros franceses no Rio de Janeiro, no inicio do oitocentos.*

Espanha. Desse modo foi relatada a declaração de guerra ao imperador dos franceses, a 6 de julho de 1808, em Sevilha:

Fernando VII, Rei de Hespanha e das Indias, e em seu nome a Junta Suprema de ambos os ditos países. A França governada pelo Imperador Napoleão I, tem violado as mais sagradas alianças que fez com a Hespanha; prendeu aos seus Monarcas; obrigou-os a uma abdição e renúncia manifestamente nula(...)por tanto o único remédio, que temos contra males tão desmarcados que são patentes á Europa inteira, he a guerra, que lhe declaramos.⁸⁹

No circuito comercial, os tratados de significativa importância também vinham ao conhecimento dos leitores: “Apresentamos Público o Tratado de Paz, Amizade e Aliança entre S.M. *Britannica*, e S.M. *Catholica Fernando VII.*, assignado em *Londres* a 14 de Janeiro de 1809(...)”⁹⁰

Junto aos anúncios e às informações sobre a entrada e saída de navios, os acordos político-econômicos fomentavam o comércio e as atividades urbanas. Ao chegar ao Brasil, D.João abriu os portos às nações amigas, ato do qual se beneficiou amplamente a Inglaterra.

Temos a satisfação de anunciar ao Público, que os Tratados de Commercio e Aliança fundados sobre a Base mais justa, sabia e liberal, e dirigidos a segurar e consolidar para sempre os mutuos interesses dos Dois Paizes, fôrão assignados em o *Rio de Janeiro* a 19 de Fevereiro proximo passado por Suas Excellencias o Conde de *Linhares*, e Lord *Strangford*, de parte, e nos Augustos Nomes de S.A.R. O Principe Regente, e de S.M. *Britannica*.⁹¹

Em 1810, o monarca assinou o Tratado de Aliança e Amizade, Comércio e Navegação, o qual promulgava uma tarifa especial para os ingleses colocarem suas mercadorias no Brasil (15% sobre seu valor; 16% sobre seu valor para Portugal; 24% sobre seu valor para outros países), demais medidas como o direito de extraterritorialidade - que permitia aos ingleses residentes no Império português serem julgados apenas em tribunais ingleses -, e o compromisso de Portugal a acabar com o tráfico negreiro. Essas leis em prol da Inglaterra e a forte presença deste país em Portugal contribuiriam para a impopularidade de D.João VI.

⁸⁹ GRJ nº 3, 21 setembro 1808.

⁹⁰ GRJ nº 76, 3 junho 1809.

⁹¹ GRJ nº 76, 22 setembro 1810.

Várias estratégias foram adotadas por D.João e pela GRJ para a sustentação do Império no Brasil. Pelo alvará de 12 de outubro de 1808 criava-se o primeiro banco do Brasil, por sugestão de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Visava-se à instalação de indústrias manufatureiras no Brasil.

SENDO bem conhecida a vantagem, que resulta aos Estados Commerciantes do estabelecimento, e introdução de Bancos Públicos, que tanto facilitão a circulação geral, contribuindo o juro dos Capitaes, e introduzindo huma moeda artificial, que deixa empregar no Commercio exterior os metaes preciosos, e tirar dos mesmos hum lucro annual sem que dahi resulte ao Commercio falta, ou estagnação; a que tambem accrescem as utilidades do estabelecimento de hum grande, e mais extenso credito; será agradável aos Leitores desta Gazeta, e aos habitantes do *Brazil*, que vão receber mais este beneficio da Real Mão do Nosso Augusto , e Pio SOBERANO(...).⁹²

No setor político, o monarca utilizou-se amplamente de uma tradição consagrada no Antigo Regime, a qual representava a própria sustentação das bases nobiliárquicas: *as mercês*. Um mecanismo para o estabelecimento de vínculos políticos, as mercês régias ligavam o rei aos seus vassallos, inclusive ultramarinos. Reproduziam-se as relações de poder e as redes hierárquicas; eram as bases nas quais se assentavam as relações sociais e políticas no Antigo Regime, determinadas por um conjunto de normas e obrigação do soberano para com seus vassallos. Remuneravam-se os serviços e concediam-se patentes ao mesmo tempo em que o Rei legitimava sua posição e selava alianças em uma sociedade de privilégios organizada em função do *status* e da distinção. Em algumas ocasiões festivas, como o aniversário de D.João e casamentos da família real, por exemplo, as mercês distribuídas registradas na *Gazeta* chegavam a preencher páginas inteiras. “Por Decreto de 7 de abril de 1809, foi S.A.R o Príncipe Regente N.S servido fazer mercê do Posto de Sargento Mór do Corpo de *Henriques* da Capitania de *Benguela*, a *Antonio Leal do Sacramento*.”⁹³

(...)o primeiro acto de S.M. será o de recompensar os eminentes e gloriosos serviços do General, e do seu valente Exercito, com mercês assignaladas; e que, se elle Principe tiver de encher este agradável dever, em nome e da parte de S.M., nunca se reputará tão feliz como quando exercer esta parte a mais doce de suas funções.⁹⁴

⁹² GRJ nº 13, 26 outubro 1808.

⁹³ GRJ nº 26, 31 março 1810.

⁹⁴ GRJ nº 53, 3 Julho 1811.

Existia a intenção de expandir o território e dinamizar as relações comerciais através da implementação de capitanias e redes de navegação. D.João patrocinou a extração aurífera nos locais dominados e a guerra contra os autóctones. As prioridades do projeto político joanino referentes ao Brasil constam na Carta Régia de 13 de maio de 1808, na qual manda fazer guerra contra os índios botocudos, os quais, segundo o documento, praticavam “(...) as mais horriveis e atrozes scenas da mais barbara antropophagia, ora assassinando os Portuguezes e os Índios mansos por meio de feridas, de que sorvem depois o sangue, ora dilacerando os corpos e comendo os seus tristes restos(...)”⁹⁵. Através da Junta da Conquista, e Civilização dos Índios, e Navegação do Rio Doce, promoveu-se um verdadeiro extermínio de vários ramos indígenas, os quais defendiam – dos invasores - as regiões nas quais nasceram.

PODEMOS agora cumprir nossa promessa de dar conta final do resultado do exame, que a Junta da Conquista, e Civilização dos *Índios*, e Navegação do Rio *Doce* mandou fazer do estado das seis Divisões Militares, em que repartio o muito grande, rico, e fertil terreno por onde corre o Rio *Doce*, e outros Rios navegaveis, que nelle despejão suas aguas ate ao limite das Capitanias de *Minas Geraes*, e do *Espirito Santo*.⁹⁶

Segundo o relato do mineralogista inglês John Mawe, assim que chegou ao Brasil

(...) o Príncipe regente publicou uma proclamação na qual convida os índios a habitar nas aldeias, a se fazerem cristãos, prometendo-lhes, se viverem em boa inteligência com os portugueses, que seus direitos serão reconhecidos e, como os outros vassallos, gozarão da proteção do Estado mas, se persistirem em sua vida bárbara e feroz, os soldados do Príncipe terão ordem de lhes fazer guerra de extermínio⁹⁷

Hipólito da Costa, que lançava ironias sobre certas medidas do Príncipe regente, escreveu em seu jornal sobre essa proclamação: “Há muito tempo não leio documento tão célebre; e o publicarei quando receber resposta de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Nação dos Botocudos”.⁹⁸

⁹⁵ BRASIL. Leis etc. Coleção das Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p.p. 37-41.

⁹⁶ GRJ nº 18, 2 Março 1811.

⁹⁷ GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007, p.87.

⁹⁸ Ibid.

Havendo S.A.R. O Príncipe Regente nosso Senhor dado as mais adequadas, e luminosas Providencias nas Cartas Regias de 13 de Maio, e 2 de Dezembro de 1808, e na de 7 de outubro de 1809, dirigidas ao Governador e Capitão General da Capitania de *Minas Geraes*, a fim de conseguir a conquista e civilização da cruel, antropophaga raça dos *Índios Botecudos*, dos *Puris*, e *Xamixunas*, e outras Nações bárbaras; as quaes havião cometido as maiores atrocidades, e devastações nas margens do *Rio Doce*, do *Piracicaba*, do *Piranga*, e de muitos outros, que desaguão naquelle Rio, assassinando os *Portuguezes*, e os *Índios* mansos, nellas estabelecidos, e aldeados, sorvendo o sangue destes desgraçados, dilacerando e comendo os seus corpos, destruindo as suas plantações e culturas, e incendiando suas casas e edificios, temos a satisfação de communicar ao Público, que estas sabias e Paternaes Providencias tem exactamente correspondido ás bem fundadas esperanças(...).⁹⁹

O termo “botocudo” refere-se aos botoques (ornamentos) labiais e auriculares, e foi utilizado pelos portugueses para designar diversas tribos, reunindo grupos de variadas regiões e línguas distintas. No século XIX, com o esgotamento das regiões auríferas, impulsionou-se a expansão para o sertão brasileiro. Na *Gazeta* fazia-se o acompanhamento das missões militares contra os nativos e dos assentamentos dos colonos.

He pasmoso o número de novos Colonos, que em tão pouco tempo tem concorrido para se estabelecerem nas 1^a, e 5^a Divisões: e para que o Público forme alguma Idea das vantagens que se devem esperar do sábio e luminoso Plano adoptado para a Conquista, e Civilização dos *Índios*, e Navegação do Rio Doce (...) - Infallivelmente no fim da Primavera futura as Divisões todas terão concluído as differentes estradas, que se lhe incubirão até aos limites da Capitania do *Espirito Santo*, margens do *Rio Doce*, e parte da Capitania da *Bahia*, na Comarca de *Porto Seguro*; e as intensas e dilatadas brenhas, que servirão atégora de covil ás fêras, e aos *Botocudos*, ainda mais temíveis do que as mesmas fêras, transformar-se-hão em Povoações deliciosas, prosperando a agricultura em terrenos novos, por isso mesmo fertilísimos, animando-se outra vez a mineração como nos primeiros dias felizes desta Capitania, e creando-se ao mesmo tempo hum Commercio activo, que ella nunca teve, nem esperou ter.¹⁰⁰

Sob o pretexto de “guerra justa”, os ditos “civilizados” europeus promoveram um verdadeiro genocídio das populações que já habitavam as terras brasileiras. Se não eram catequizados ou dizimados pelas doenças trazidas pelos europeus - contra as quais não possuíam anticorpos-, as populações nativas eram simplesmente exterminadas. Através da carta régia de 13 de maio, D.João decretou a chamada “guerra justa”, ou seja, utilizou-se de um dispositivo jurídico que tornava legal a escravização e o morticínio daqueles considerados “selvagens”, declarando-se a defesa da “justiça” e dos “valores

⁹⁹ GRJ nº 76, 22 setembro 1810.

¹⁰⁰ GRJ nº 18, 2 Março 1811.

civilizatórios”.¹⁰¹ Os principais idealizadores e executores dessa política de extermínio foram D.João VI e D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares.¹⁰²

... a história que se tem dos botocudos só homenageia a valentia do branco invasor e atribui a qualidade da coragem dos índios ao barbarismo e à crueldade. No entanto, foram os civilizados que sempre perseguiram os botocudos nos seus territórios, margeando os rios Doce, Mucuri e São Mateus, entre Minas Gerais e Espírito Santo. Através de uma guerra decretada no século passado pelo Império, por influência do Conde de Linhares, foi que o branco pôde entrar impune em território indígena e abater o seu povo”¹⁰³

Em 1814, Napoleão - obrigado a renunciar - foi exilado na ilha de Elba. Os países vencedores ocuparam a França e restabeleceram a monarquia colocando no trono Luís XVIII. Os nobres tentaram recuperar os seus antigos privilégios e fazer a França voltar ao antigo quadro social, o que causou a insatisfação popular. Napoleão, aproveitando-se dessa situação, planejou sua volta: fugiu de Elba e com um pequeno exército retomou o poder, em março de 1815, mas seu governo durou apenas cem dias. Foi derrotado, definitivamente, por tropas prussianas, belgas e inglesas na batalha de Waterloo, Bélgica, em 18 de junho de 1815. Dessa vez, o militar francês foi enviado para a ilha de Santa Helena, no Atlântico sul, onde morreu em maio de 1821. O Duque de Wellington, que sempre teve grande participação na expulsão dos franceses durante as invasões em Portugal, orquestrou a derrota final de Napoleão e foi muito reverenciado e tratado como um herói pela *Gazeta* ao longo dos anos: “(...)o plano acizado, as medidas acertadas, e a intrepidez constante, com que o *Heroe Britannico*, o Íncrito WELLINGTON, projectou, dispoz; e effectuou hum denodado ataque(...)”¹⁰⁴

Gbent 20 de Junho

O Tenente General *Martuschewitz*, Governador de *Gbent* , acaba de receber a seguinte noticia, e me encarrega de communica-la aos habitantes: -

¹⁰¹ DA CUNHA, Manuela Carneiro & SALZANO, Francisco M. *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras. 1992. p.416.

¹⁰² Destacam-se ainda o Conde de Palma; o ouvidor de Porto Seguro, José Marcelino da Cunha; os presidentes da província do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Pontes, Manoel Tovar e Francisco Alberto Rubim, e Pedro Maria Xavier, presidente da província de Minas Gerais.

¹⁰³ MEDEIROS, Rogério. *O massacre dos botocudos*. Revista Espírito Santo Agora. Vitória, n. 22, fev. 1978, p.12 apud SILVA, Leonardo Pinto. *Os índios botocudos do Espírito Santo: Luta e resistência contra os invasores do além-mar*. Vitória, 1999.

¹⁰⁴ GRJ nº 88, 31 Outubro 1812.

O Duque de *Wellington* ganhou a batalha mais completa, mais fortemente disputada, mais gloriosa, e talvez mais importante, que refere a história. O tyranno da *França*, e o inimigo da *Europa* foi vencido depois de hum combate, que durou 9 horas. O inimigo está plenamente derrotado, perdeu a artilharia, e provavelmente perderá os restos do seu exército disperso. Nada pôde igualar o heroico valor que mostrarão os exércitos *Inglez,, Prussiano e Belgico*.¹⁰⁵

O militar britânico William Carr Beresford, em março de 1809, foi nomeado Marechal do exército português pelo Conselho de Regência, e viria a ficar no comando deste exército até 1820. Nesse período, Beresford passaria a governar mais que a Regência, inquietando a população. Ao terminar a guerra na península, os portugueses começaram a se indignar com a permanência de D.João VI na América e a forte presença do governo inglês no país. “Havendo-se dignado Sua Alteza Real o Principe Regente de *Portugal* de confiar ao Marechal *Beresford* o Commando em Chefe dos seus Exércitos (...)”¹⁰⁶

Nos anos de 1814 e 1815, as potências vencedoras (Áustria, Rússia, Prússia e Inglaterra) organizaram-se em uma conferência com a intenção de redesenhar o mapa político europeu, o qual havia sido modificado pelas incursões napoleônicas. Esse congresso ocorreu na capital austríaca, Viena, e pautava-se em três princípios básicos: Pelo princípio da Legitimidade, defendido principalmente pelo ministro francês Talleyrand, deveriam ser considerados legítimos os governos e fronteiras que vigoravam antes da Revolução Francesa. Essa medida buscava restaurar o Antigo Regime e cessar o avanço liberal; o princípio do Equilíbrio propunha a reorganização político-econômica dos territórios europeus, ao dividir o território de alguns países ou promover anexações; pelo princípio da Restauração, pretendia-se a volta do quadro político absolutista, pautado nos privilégios nobiliárquicos, e propunha-se a intervenção militar nas regiões em que houvesse ameaça de revoltas liberais. De forma exultante, registrava-se na GRJ: “Chegou finalmente o dia do suspirado Congresso; e pensou-se que se faria na Igreja de *S. Estevão* huma fonção solemne; mas ainda se não deu ordem para este effeito, e nada indica o dia preciso, em que se abrirá o Congresso.”¹⁰⁷

Na *Gazeta* de número sessenta e nove, de 30 de agosto de 1815, apresenta-se um extrato da conferência e suas resoluções, com base na assinatura do Tratado de Paris

¹⁰⁵ GRJ nº 70, 2 Setembro 1815.

¹⁰⁶ GRJ nº 71, 17 maio 1809.

¹⁰⁷ GRJ nº 1, 4 Janeiro 1815.

(30 de maio de 1814). Pelo tratado estabeleciam-se as indenizações que a França deveria pagar aos países vitoriosos, além de seu território passar a ser ocupado pelos exércitos aliados e sua marinha de guerra desativada.

Conferencia de 12 de Maio de 1815

A Junta nomeada a 9 do corrente, e encarregada de examinar se, depois dos acontecimentos, que tem passado desde que *Napoleão Bonaparte* voltou a *França*, e em consequência dos Documentos publicados em *Paris* sobre a Declaração, que as Potencias Alliadas expedirão contra elle a 13 de Março passado, seria necessário proceder a huma nova declaração, appresentou na Secção de hoje o seguinte Relatório.¹⁰⁸

A Santa Aliança foi criada pela Áustria, Prússia e Rússia, em 1815, com o objetivo de ser instrumento de intervenção militar do Congresso de Viena e implantar as medidas estabelecidas pela conferência. A aliança, a qual surgiu por influência do Czar da Rússia, Alexandre I, combateu revoltas liberais e era a favor da recolonização. Dentre outros princípios, pretendia-se a propagação da fé cristã, e as três potências que a compuseram, inicialmente, foram associadas simbolicamente à Trindade cristã.

Em nome da Santissima e Indivisivel Trindade.

As Potencias Alliadas, havendo por seus esforços unidos, e pelo bom successo de suas armas, salvado a *França* e a *Europa* das convulsões, de que as ameaçavão a ultima empreza de *Napoleão Bonaparte*, e o systema revolucionario reproduzido na *França*(...).¹⁰⁹

O Congresso de Viena interferiria na situação política dos países ibéricos, e apenas Lisboa seria reconhecida como sede do governo lusitano. A situação de D.João no Brasil era ilegítima e, para reassumir o trono, deveria regressar a Portugal; o monarca, no entanto, já havia se adaptado ao Brasil, assim como grande parte de seus súditos, os quais não queriam perder seus negócios rentáveis no novo reino. Para resolver esse impasse, elevou-se o Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, pela Lei de 16 de dezembro de 1815, aumentando-se o descontentamento dos que moravam em Portugal.

Havendo-se publicado nesta Corte a Carta de Lei de 16 do corrente, pela qual Sua Alteza Real Houve por bem elevar o *Brazil*, e dos Algarves, o publico desta Cidade

¹⁰⁸ GRJ nº 69, 30 Agosto 1815.

¹⁰⁹ GERJ nº 1, 5 fevereiro 1816.

se appressou a dar as demonstrações do mais completo jubilo, illuminando se espontaneamente hum grande numero de edificios.¹¹⁰

Documento pelo qual o Brasil é elevado a Reino Unido por D.João, tal qual transcrito pela *Gazeta do Rio de Janeiro*:

I. Que desde a publicação desta Carta de Lei o Estado do *Brasil* seja elevado a dignidade, preeminencia, e denominação de – REINO UNIDO DO BRASIL.¹¹¹

II. Que os Meus Reinos de *Portugal, Algarves, e do Brasil* formem d'ora em diante hum só e único Reino debaixo do Titulo de REINO-UNIDO DE PORTUGAL, E DO BRASIL E ALGARVES.¹¹²

Concomitantemente, em toda a Europa começavam a fermentar as idéias liberais espalhadas pela Revolução de 1789. Com a derrota definitiva de Napoleão, formou-se em Lisboa o Supremo Conselho Regenerador de Portugal e do Algarve, objetivando-se a expulsão britânica do controle militar português. Sob o ideário liberal arquitetou-se, em 1817, uma conspiração promovida pela indignação com o estado de colônia ao qual Portugal estava submetido. Esse movimento foi liderado pelo General Gomes Freire de Andrade e lutava pela introdução do liberalismo em Portugal, mas não alcançou êxito. A conspiração foi denunciada e seus participantes presos; alguns foram sentenciados à morte. A punição foi imposta por Beresford e pela Regência, o que causou ondas de protesto no país. Beresford, para reprimir os “jacobinos”, veio ao Brasil pedir mais recursos a D.João, mas em sua ausência eclodiria a Revolução do Porto (1820), e quando o militar regressou foi impedido de desembarcar em Lisboa.

Em algumas províncias brasileiras os ideais republicanos e de autonomia política também motivaram revoltas. A revolução ocorrida em Pernambuco, a 6 de março de 1817, foi prontamente sufocada. O movimento foi liderado por Domingos José Martins, apoiado por Antônio Carlos de Andrada e Silva e Frei Caneca. Foi ocasionada por diversos fatores: crise econômica, em parte decorrente da seca de 1816; conflitos entre Olinda e Recife; influência dos princípios iluministas discutidos por sociedades maçônicas; pressão abolicionista para o fim do tráfico de escravos, o que encarecia a mão-de-obra; presença

¹¹⁰ GRJ nº 101, 20 Dezembro 1815.

¹¹¹ GRJ nº 3, 10 Setembro 1816.

¹¹² GRJ nº 3, 10 Setembro 1816.

maciça dos portugueses na administração pública e excesso de impostos criados por D.João etc. Inicialmente, os revoltosos conseguiram instalar a República, ao apossarem-se do governo provincial, mas não obtiveram apoio das províncias vizinhas. A 19 de maio, as tropas portuguesas entraram em Recife, mas a cidade estava desguarnecida e o governo provisório rendeu-se no dia seguinte.

Temos demorado por longo tempo o comunicar aos nossos leitores quanto nos constava dos desastrosos sucessos, acerca da revolta de *Pernambuco*, não tanto pelo horror, que sentiamos em referir a semelhante acontecimento(...) mas para não adiantar facto, ou circunstancia alguma, em cousa por sua natureza tão odiosa, de que não tivéssemos completa informação; e porque demais estando convencidos, assim como todos, de que os habitantes de *Pernambuco* não podiam ter-se alienado até o ponto de perderem os sentimentos de fidelidade, e obediencia(...)na funesta rebelião de *Pernambuco* não teve parte a maioridade dos seus habitantes(...)foi unicamente trama de alguns malvados(...) ¹¹³

Finalmente, em 1820, rebentou na cidade do Porto a Revolução Liberal. Devido a todos os antecedentes já mencionados, em uma perspectiva de grande insatisfação pública, o desembargador da Relação, Manuel Fernandes Tomás fundou o chamado “Sinédrio”, o qual era integrado por maçons e pretendia reafirmar o exército português no país. A 24 de agosto eclodiu o levante no Porto, articulado pelo Sinédrio. Manuel Fernandes foi redator do *Manifesto aos Portugueses*, no qual se apresentavam à nação os projetos políticos do movimento. A revolução espalhou-se pelos demais centros urbanos e consolidou-se com a adesão de Lisboa. A 28 de setembro, os governos do Porto e de Lisboa uniram-se na Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, com o objetivo de realizar as eleições para as Cortes constituintes; instalou-se a Junta Provisional Preparatória das Cortes. Em janeiro de 1821 formaram-se as Cortes. No Brasil, as notícias sobre a Revolução propagaram-se rapidamente. No “(...) Rio de Janeiro as primeiras cartas de portugueses e os officios iniciais dos governadores do Reino com informações sobre o movimento e as providências da regência de Lisboa, convocando as Cortes (...)”¹¹⁴, chegaram em 17 de outubro. A GRJ transmitiu as notícias sobre a insurgência, adotando a política de tratar as manifestações como “efêmeras” e perpetradas por “poucos indivíduos mal intencionados”, tal qual fizera acerca da Revolução Pernambucana. Para o jornal, “(...) os perversos, que maquinarão esta conspiração (...) só poderão conseguir extraviar

¹¹³ GRJ nº 39, 14 maio 1817.

¹¹⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.239.

corações *Portuguezes* (...)”¹¹⁵. Dentre as reivindicações imediatas das Cortes, destacavam-se a volta de D.João a Portugal e a implementação de uma monarquia constitucional. Não havia um objetivo específico de recolonizar o Brasil, e sim, posteriormente, uma proposta de consagrar a hegemonia do Império ao Congresso Nacional português.

O espirito de inquietação, e o desatinado desvario, que tem attacado o meio dia da *Europa*, desgraçadamente soprou sobre huma das mais bellas Cidades de *Portugal*, e corrompendo animos ambiciosos, e indiscretamente amigos da novidade, causou tumultos ephemeros, que a prudência do Governo se apressou a atalhar e a extinguir. Para dar-mos aos nossos Leitores huma ideia deste abominavel acontecimento, basta copiar-mos o seguinte (...) *Portuguezes!* O horrendo crime de rebellião contra o poder, e Authoridade legitima do nosso Augusto Soberano, EL-REI Nosso Senhor, acaba de ser commetido na Cidade do *Porto* (...) Alguns poucos Individuos mal-intencionados, allucinando os Chefes dos Corpos da Tropa daquella Cidade, poderão desgraçadamente influi-los para que, cobrindo-se de opprobio, quebrassem no dia 24 do corrente o juramento de fidelidade ao seu REI, e ás suas Bandeiras, e se achessem a constituir, por sua propria Authoridade, naquella Cidade hum Governo, a que dão o titulo de Governo Supremo do Reino.¹¹⁶

5.2. O ano de 1821

Em 1821, o discurso da *Gazeta* passaria a ser outro. O impresso procuraria dar a entender uma conciliação entre os ideais do governo e os insurgentes. Não havia mais como ignorar a Revolução vintinista. A primeira reunião das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa ocorreu no dia 24 de janeiro e já se delineavam os aspectos da monarquia constitucional que seriam instaurados no Império português. No Brasil, por motivos diferenciados, as províncias do Norte e do Nordeste aderiram mais prontamente ao constitucionalismo; o Grão-Pará foi a primeira província a aderir ao projeto constitucional, em 1º de janeiro de 1821 “(...) por meio de um ofício dirigido aos ilustríssimos e excelentíssimos senhores da Junta Provisória Suprema do Reino de Portugal, inicialmente remetido às Cortes de Lisboa.”¹¹⁷; buscava-se minar o despotismo do Rio Janeiro. No Sul e no Sudeste o monarca possuía uma influência maior, mas um novo cenário político estava se formando, no qual a palavra escrita ganharia peso, porque o que estava em voga era a própria regulamentação das leis sociais - a Constituição - e, com

¹¹⁵ GERJ nº 8, 9 novembro 1820.

¹¹⁶ GERJ nº 8, 9 novembro 1820.

¹¹⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.244.

o fim da censura prévia, o espaço para o diálogo e o embate retórico configuraria a luta pela hegemonia da palavra escrita; a superestrutura em diálogo com a realidade material, em meio à profusão de ideologias políticas.

Todavia, a base econômica manter-se-ia a mesma; se a superestrutura não é uma representação mecânica da infra-estrutura, mas sim o conjunto de suas contradições, esta mesma infra-estrutura não viria a ser modificada e as elites econômicas continuariam no comando dos processos políticos, em detrimento das camadas menos favorecidas. O que estava aberto ao debate era a gestão política, e não transformações sociais de base. A Constituição consolidaria as conquistas liberais burguesas. Aqueles que acumularam riquezas e poder político na gestão de cargos públicos, durante o governo joanino, queriam manter seus privilégios, em confronto com um grupo de liberais fluminenses que, por intermédio da esfera jurídica, buscavam legitimar a sua hegemonia no mercado e na esfera pública. O debate ideológico se deu entre as elites coimbrã e brasiliense, sem a inclusão popular.

Na realidade, desde 1820, a cena política brasileira contava com o aparecimento de novos protagonistas, eram eles: os proprietários de terras e comerciantes do Recôncavo da Guanabara e de campos dos Goytacazes os quais, ao se aliarem aos negociantes de gêneros de abastecimento e varejistas, além de bacharéis e militares, constituíram um forte grupo que se contrapunha aos interesses das famílias portuguesas e negociantes de “grosso trato”, ambos articuladores das esferas de decisão do Estado. Esse grupo, denominado “liberais”, tinha em Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, Luís Pereira de Nóbrega de Souza Coutinho e Manoel dos Santos Portugal seus líderes (...)¹¹⁸

Esse grupo “liberal” contrapunha-se à alta burocracia portuguesa e buscava ascender socialmente. Dentre seus opositores, representantes da nobreza emigrada e dos comerciantes de grosso trato, ou seja, a elite fluminense que recebia privilégios do monarca, destacam-se a família Carneiro Leão, Tomás Antônio Vilanova Portugal, o Conde de Palmela e o Conde dos Arcos. Assim, devido à pressão liberal, em março passou-se a tratar de forma mais aberta dos “princípios liberais” oriundos do Velho Continente.

(...) o ajuntamento das Cortes Geraes, extraordinariamente congregadas na Minha muito nobre e leal Cidade de *Lisboa*, para darem a todo Reino Unido de *Portugal*,

¹¹⁸ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p.190.

Brazil, e Algarves huma Constituição Política conforme aos principios liberaes, que pelo incremento das luzes se achão geralmente recebidos por todas as Nações(...).¹¹⁹

D.João já havia determinado a volta de D.Pedro a Portugal a 18 de fevereiro, com o objetivo de salvaguardar a unidade do Império Português e manter a sua legitimidade. No dia 24, em uma edição extraordinária, a GRJ publicou o decreto que oficializava a partida de D.Pedro; o documento apresentava um discurso de conciliação e observação dos princípios legislativos, através da consolidação da Constituição.

Exigindo as circunstancias em que se acha a Monarchia justas e adequadas providencias para consolidar o Throno, e assegurar a felicidade da Nação *Portuguesa*, Resolvi Dar a maior prova do constante desvello, que Me anima pelo bem dos Meus Vassallos, Determinando que o Meu muito Amado e Prezado Filho, D.PEDRO, Principe Real do Reino Unido de *Portugal, Brazil e Algarves*, vá a *Portugal* munido de Authoridade e Instrucções necessarias, para pôr logo em execução as medidas e providencias que Julgo convenientes, a fim de restabelecer a tranquillidade geral daquelle Reino; para ouvir as representações e queixas dos Povos; e para estabelecer as refórmas e melhoramentos, e as Leis que possam consolidar a Constituição *Portuguesa*;¹²⁰

O clima de conflito, no entanto, tornar-se-ia mais intenso. No largo do Rossio, Rio de Janeiro, a 26 de fevereiro de 1821, organizou-se um manifesto militar que exigia o juramento do rei à Constituição de Lisboa, e a substituição dos ministros de Estado e daqueles que ocupavam os mais importantes cargos políticos. A manifestação “(...) evidenciava o choque de posições políticas entre o governo e um grupo de cidadãos livres descontentes, que mantinham importantes relações comerciais e de parentesco na Europa, cujas redes de contato com a maçonaria os aproximavam dos revolucionários vintinistas”¹²¹. O principal ator desse manifesto foi o exército português. Devido ao ocorrido, D.Pedro apresentou-se e, na praça do Rossio, comprometeu-se a levar as reivindicações ao seu pai, o qual consentiu em atendê-las. D.Pedro retornou à praça e leu o decreto real de 24 de fevereiro, prestando juramento à Constituição: “Juro em Nome de EL-REI, Meu Pai e Senhor, Veneração e Respeito, á nossa Santa Religião, observar, guardar, e manter perpetuamente a Constituição, tal qual se fizer em *Portugal*, pelas

¹¹⁹ GRJ nº 21, 14 março 1821.

¹²⁰ GERJ nº 3, 24 fevereiro 1821.

¹²¹ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p.192.

Cortes.”¹²². Posteriormente, às onze horas, o mesmo foi feito por D.João para reafirmar as palavras de seu filho, sabendo conduzir a situação ao seu favor.

Ao romper do dia se achou a praça do *Rocio* juncada de tropa(...)apareceu Sua Alteza Real o Principe Real do Reino Unido de *Portugal*, e do *Brazil e Algarves*(...)e leu em voz alta, segundo as Ordens de SUA Magestade, o Decreto de 24 e Fevereiro, pelo qual o Mesmo Benignissimo Senhor Segurava a Seus ditos Vassallos do *Brazil* a Sancção da Constituição, que ora se faz em *Portugal*, e a sua admissão neste vastissimo Continente, como se vê do Decreto, que do melhor grado copiamos.¹²³

A GRJ, apoiando o monarca, procurou eliminar o contexto conflituoso e reivindicatório ao retratar o acontecido como um “dia memorável”, de alegria pública, e que os dias que se passaram desde a elevação do Brasil a Reino Unido eram “(...) Dias marcados com publica alegria, e com fiel entusiasmo (...) profundamente gravados nos corações dos felizes vassallos do Melhor dos Soberanos”¹²⁴. O juramento à Constituição que viesse de Lisboa foi uma hábil manobra do Príncipe herdeiro: ao mesmo tempo evitava “(...) a implantação da Constituição espanhola até a entrada em vigor da nova Constituição portuguesa, como acontecera na Bahia, quanto à formação e uma Junta governativa de nomeação popular, como já havia a baiana e a paraense”¹²⁵. A estrutura do sistema político mantinha-se a mesma, com os poderes centralizados, porém, no soberano, sem atender aos princípios da aclamada soberania popular. O novo ministério agia exatamente como o anterior. O aparente clima de tranqüilidade não passava de ilusão, e um novo incidente, no mês de abril, ocorreria na praça do Comércio, no Rio de Janeiro.

Ao longo do ano de 1821 as Cortes de Lisboa baixaram diversos decretos que reduziriam o Brasil, praticamente, à condição de colônia. Pelo decreto de 24 de abril, declaravam-se independentes do Rio de Janeiro todas as demais províncias no Brasil, as quais ficariam diretamente subordinadas a Portugal; o de 28 de julho determinava que o exército português e o brasileiro se tornassem apenas uma só corporação, sob o nome de “Exército Constitucional”, objetivando-se o controle das milícias e procurando afastar, gradativamente, os militares brasileiros para outras partes do país; o de 29 de setembro

¹²² GRJ nº 17, 28 fevereiro 1821.

¹²³ GRJ nº 17, 28 fevereiro 1821.

¹²⁴ GRJ nº 17, 28 fevereiro 1821.

¹²⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.249.

suprimiu todos os tribunais criados por João VI no Brasil e ordenou o regresso do Príncipe-regente para aprimorar sua educação na Europa.

Após obterem os diários do governo, os quais continham as sessões das Cortes de Portugal, A GRJ passou a abordá-las no mês de Março. No número vinte e cinco, relatava-se a instalação do Congresso Constituinte (26 de janeiro de 1821), que só encerraria os seus trabalhos legislativos no dia 4 de novembro de 1822.

O maior dia dos Fastos Lusitanos, o dia maravilhoso, em que a Nação vio renascer a esquecida pratica de sua representação, e reassumidos seus antigos e imprescriptiveis direitos, chegou finalmente a raiar hoje nesta illustre Capital; installarão-se as nossas Cortes extraordinárias; exultão de prazer os Portuguezes(...).¹²⁶

Junto com os jornais, tornara-se prática comum distribuírem-se, gratuitamente, (...) proclamações e cartas, como o juramento das bases da Constituição portuguesa, anexada à *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1821, ou até entregá-las em casa, enquanto meio para os cidadãos das camadas mais diversas terem acesso a certas informações (...)”¹²⁷. A 2 de Março, por determinação de um decreto, aboliu-se a censura prévia dos manuscritos originais, mantendo-a, porém, sobre as provas tipográficas. Em Portugal, as Cortes decretaram a liberdade de imprensa no dia 9 desse mês e, no Brasil, D.Pedro fez o mesmo em 28 de agosto.

A liberdade da Imprensa era sem duvida huma consequencia dos principios liberaes, que havião induzido a SUA MAGESTADE a adoptar huma nova ordem de cousas; mas, segundo o sentimento do celebre *Montesquieu*, as formalidades da justiça são necessarias á liberdade. SUA MAGESTADE se deliberou portanto a sancionar aquella franqueza, de que se tem derivado tantos progressos á propagação das luzes, e á communicação das noticias.¹²⁸

O oitavo artigo da Constituição portuguesa tratava da liberdade de imprensa. No número trinta e oito descreve-se a décima sexta sessão, de 14 de fevereiro, na qual o deputado português Borges Carneiro propunha a plena liberdade de imprensa, isenta de censura prévia, ao defender que caberia à lei reprimir os abusos a este direito. Nessa mesma linha argumentativa, o deputado Soares Franco dizia que todas as ações humanas estão sujeitas a abusos, mas nem por isso são proibidas e que em relação à liberdade de

¹²⁶ GRJ nº 25, 28 março 1821.

¹²⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.111.

¹²⁸ GRJ nº 19, 7 Março 1821.

imprensa, tais abusos “(...)erão mais faceis de castigar, por quanto os homens, que os commetia, assignando as suas Obras, ficava por isso responsavel, bem como aquelle, que as imprimia(...)”¹²⁹.Nessa sessão, debateram-se os limites dessa liberdade, em comparação com demais países, como Espanha e Inglaterra, sobretudo no que concernia à moral e à religião. O mesmo Soares Franco afirmava que

(...) em todos os Paizes, onde tem havido Censura prévia, como em *Hespanha e Portugal*, se tem abusado de tal sorte, que tem produzido hum estado de decadencia e ignorancia ; que era inutil por outra parte a Censura prévia neste Paiz, onde qualquer rapaz sabe *Francez*, e onde os livros desta Nação corrião facilmente; que depois que a *Inglaterra*, depois de suas revoluções sobre Dogma e doutrinas, promulgou a Lei da Liberdade de Imprensa, cessarão os seus males, e a ella deve o estado de grandeza, que a faz competir com a *Europa* inteira, e ultimamente que não approvava em caso algum a Censura prévia¹³⁰

Desde o dia 7 de março D. João já anunciava a sua volta a Portugal, sendo sua decisão anunciada na GRJ uma semana depois; na mesma proclamação, o monarca apontava a permanência de seu filho no Brasil:

Mas, sendo a primeira e sobre todas essencial condição do Pacto Social, nesta maneira aceito e jurado por toda a Nação, dever o Soberano Assentar a Sua Residencia no Lugar onde se ajuntarem as Cortes, para Lhe serem apresentadas as Leis, que se forem discutindo, e Delle receberem sem delongas a Sua indispensavel Sancção(...)
E deixando nesta Corte ao Meu muito Amado e Prezado Filho, o Principe Real do Reino Unido, Encarregado do Governo Provisorio deste Reino do *Brasil*, emquanto nelle se não achar estabelecido a Constituição Geral da Nação.¹³¹

Finalmente, após ter nomeado seu filho primogênito como Príncipe regente, em 22 de abril de 1821, quatro dias depois D.João retornava a Portugal. A despedida do Brasil foi feita às pressas, sem pompa, devido ao medo de se formarem mobilizações populares. O fato foi noticiado no número trinta e quatro, de 28 de abril, no qual se transcreveram as palavras de D.Pedro aos “*Habitantes do Brazil*”: “A Obrigação de attender primeiro que tudo ao interesse Geral da Nação forçou Meu Augusto Pai a deixar-vos, e a encarregar-Me

¹²⁹ GRJ nº 38, 12 maio 1821.

¹³⁰ GRJ nº 38, 12 maio 1821.

¹³¹ GRJ nº 21, 14 Março 1821.

do cuidado sobre a publica felicidade do *Brazil* até que de *Portugal* chegue a Constituição, e a consolide.”¹³² A 8 de julho, anunciava-se a chegada de D.João a Portugal:

Rio de Janeiro 22 do corrente mez de Agosto

A Notícia da chegada de Sua Magestade á Corte de Lisboa He tão anciosamente desejada por seus fieis Subjeitos habitantes desta Corte, e de todo o Reino do Brazil, que se julga de summa importancia não a demorar hum só instante. Entrou hoje n’este Porto o Navio Lusitania, vindo de Lisboa com 48 dias de viagem., e participa ter entrado o Mesmo Augusto Senhor n’aquella Capital no dia 8 de Julho ás 9 horas da manhã, com todas as Embarcações, que o accompanhavam¹³³

Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, então redator, relatou o regresso do soberano à Europa, descrevendo-a como uma “(...) Scena brilhante, e ao mesmo tempo dolorosa (...)”¹³⁴, ressaltando ainda que dia 25 havia sido aniversário da Rainha, mas de forma muito menos ostensiva que as edições anteriores.

Depois de SUA MAGESTADE Haver Dado tantas e tão evidentes provas de amor aos Seus Vassallos, e de desvelo pela sua prosperidade, das quaes trasladámos algumas na Gazeta Extraordinária Nº.8, Embarcou com a Sua Real Familia na madrugada de Quarta feira 25 do corrente (...) No dia seguinte 26 do corrente pelas 6 horas da manhã, começou a Náo *D.João VI.*, que conduzia a SUA MAGESTADE, a suspender o ferro, e o mesmo fizeram todas as outras embarcações de que se compunha aquella Esquadra(...)¹³⁵

Ao fim do mês de abril, o descontentamento dos revolucionários de 26 de fevereiro viria à tona. Os “liberais” se manifestaram contra as resoluções da reunião que dariam forma ao governo de D. Pedro. A reunião, que seria no dia 22 de abril, foi antecipada para o dia 21, em uma estratégia arquitetada pelos nobres para evitar o voto dos comerciantes do Recôncavo da Guanabara e do Campo dos Goytacazes. Em protesto, os “liberais”, apoiados por tropas militares e pela polícia organizaram uma manifestação na Praça do Comércio. Receberam adesão também das camadas populares, habilmente manipuladas, para pressionar o governo na adoção da Constituição espanhola de 1812, a qual delegava o poder soberano aos cidadãos. O tumulto se formou na organização de uma assembléia na Praça do Comércio, que “(...) na versão oficial dos fatos, destinava-se à escolha dos eleitores de província, conforme o edital do ouvidor da comarca do dia 20 de

¹³² GRJ nº 34, 28 abril 1821.

¹³³ GRJ nº 74, 21 agosto 1821.

¹³⁴ GRJ nº 34, 28 abril 1821.

¹³⁵ GRJ nº 34, 28 abril 1821.

abril.¹³⁶, enquanto na perspectiva do ministro Silvestre Pinheiro Ferreira, a assembléa tinha carácter consultivo, de forma limitada, evitando-se que se tornasse uma assembléa popular. Em 17 de março, no número vinte e dois da GRJ, já haviam sido estampados alguns artigos da Constituição espanhola, proposta pela ala liberal mais democrática, referentes à formação das Cortes e de Juntas eleitorais. A população clamava a Constituição espanhola e a nomeação de uma Junta de governo indicada pela assembléa para assessorar o governo do Príncipe regente.

Entretanto, em consequencia das instancias e representação dos partidarios, os Eleitores passarão a fazer um Termo de Juramento em que pedião a SUA MAGESTADE a adopção interina da Constituição *Hespanhola* até a installação da Constituição, em que se occupão as Cortes actualmente em *Lisboa*.¹³⁷

Em um decreto datado de 21 de abril de 1821, tal qual estampado pela edição do dia 25 de abril, apontava-se que o monarca já havia prometido observar os pressupostos da Constituição espanhola até a total elaboração da Constituição portuguesa pelas Cortes.

Havendo tomado em consideração o Termo de Juramento, que os Eleitores Parochiaes desta Comarca, a instancias e declaração unanime do Povo della prestarão á Constituição *Hespanhola* (...) Sou servido Ordenar, que de hoje em diante se fique estricta e literalmente observando neste Reino do *Brazil* a mencionada Constituição *Hespanhola* até o momento, em que se ache inteira, e definitivamente estabelecida a Constituição deliberada, e decidida pelas Cortes de *Lisboa*.¹³⁸

Não obstante, nesse mesmo número a *Gazeta* relata que essa “condescendência” não foi suficiente para “aquietar os espíritos inquietos”. Após o alvoroço popular na Praça do Comércio revogou-se, no dia 22, o decreto pelo qual se aceitava interinamente a Constituição espanhola, alegando-se que esta havia sido proposta por homens mal-intencionados, os quais queriam a anarquia. A assembléa dissolveu-se por força militar, causando mortos e feridos. Os militares do Brasil, a partir desse episódio, tiveram seus soldos aumentados e ganharam um papel mais significativo na política do país.

Subindo hontem á Minha Real Presença huma Representação, dizendo-se ser do Povo, por meio de uma Deputação formada dos Eleitores das Parochias, a qual Me assegurava, que o Povo exigia para Minha felicidade, e d'elle, que Eu determinasse,

¹³⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.253.

¹³⁷ GRJ nº 33, 25 abril 1821.

¹³⁸ GRJ nº 33, 25 abril 1821.

que de hontem em diante este Meu Reino do *Brazil* fosse regido pela Constituição *Hespanhola* (...) Observando-se porém hoje, que esta Representação era mandada fazer por homens mal intencionados, e que querião a anarchia, e vendo que Meu Povo se conserva, como Eu lhe agradeço, fiel ao Juramento, que Eu com elle de commum acordo prestamos na Praça do Rocio no dia vinte e seis de Fevereiro do presente anno; Hei por bem Determinar (...) por nullo todo o Acto feito hontem (...)¹³⁹

Dom João ressaltava ainda a criação de um outro decreto, nesse mesmo dia (22), pelo qual delegaria o governo provisório ao seu filho até a formação da Constituição portuguesa. Com a adesão ao projeto constitucional português afastava-se, ao menos temporariamente, uma possível intervenção da Santa Aliança, como acontecera no Reino de Nápoles em decorrência de uma sublevação.

O início da regência de D. Pedro foi conturbado devido ao clima de desconfiança que o próprio D. Pedro e o Conde dos Arcos (Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino do Brasil e Negócios Estrangeiros) despertavam. O Conde dos Arcos foi o inspirador dessa fase do governo e era visto como um reinol pelos brasileiros, mas como partidário da causa do Brasil pelos portugueses. Acreditando que queriam desunir os portugueses dos dois hemisférios, os soldados portugueses sediados no Rio de Janeiro empreenderam um novo levantamento militar, conhecido como a “Bernarda” de 5 de Junho, a qual “(...) obrigou d. Pedro a jurar as bases da Constituição portuguesa, chegadas de Lisboa em fins de maio, e a demitir os ministros nomeados por seu pai”¹⁴⁰. As demais autoridades, civis, militares, eclesiásticas e empregados públicos também tiveram que fazer o mesmo no Senado da Câmara. A narração desses acontecimentos foi feita no número quarenta e seis, de 9 de junho, destacando-se o regozijo público “espontâneo”, ao iluminarem as fachadas das casas.

Tendo Eu Creado pelo Meu Real Decreto da data de hoje huma Junta Provisional, perante a qual se verifique a responsabilidade dos Ministros e Secretarios de Estado de Meu Despacho (...) e não Querendo retardar por mais tempo a installação desta Junta, Hei por bem Approvar os Deputados della, que Me forão propostos pelo Povo e Tropa desta Cidade (...)¹⁴¹

Em Portugal, a 4 de julho, foi a vez de D. João jurar as bases da Constituição portuguesa. A escolha dos membros do poder legislativo agora repousava nas mãos do

¹³⁹ GRJ nº 33, 25 abril 1821.

¹⁴⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.256.

¹⁴¹ GRJ nº 46, 9 junho 1821.

povo. Pelo decreto de 7 de março de 1821, no Brasil, estabeleciam-se os critérios para os deputados às Cortes de Lisboa. Tais eleições ganharam grande repercussão e procurou-se descrever o processo eleitoral do Rio de Janeiro e das demais províncias. “A vitória do constitucionalismo instaurou no Brasil uma nova linguagem política inspirada na crença dos princípios liberais. Uma linguagem que transformava a palavra em coisa pública, em oposição à política secreta do Antigo Regime.”¹⁴²

Desenvolveram-se, a 30 de julho, os princípios da liberdade de imprensa, sob proposta do deputado Soares Franco. Ao fim da censura prévia começaram a circular panfletos de cunho separatista, causando a reação do Príncipe regente em prol da união dos dois reinos. No número noventa e quatro, de 6 de outubro, ao tratar dos artigos constitucionais do campo judicial, a GRJ trazia uma declaração de D. Pedro aos fluminenses:

Que delírio he o vosso? Quaes são os vossos intentos? Quereis ser perjuros ao Rei; e á Constituição? Contais com a minha Pessoa, para fins, que não sejam provenientes, e nascidos do Juramento que Eu, Tropa e Constitucionaes prestámos no memoravel dia 26 de Fevereiro?¹⁴³

Em setembro, no número setenta e nove, versos conclamavam a saudar a Constituição: “Huma só voz se escute, hum só partido: = Viva a CONSTITUIÇAM do Reyno-Unido = ”¹⁴⁴. O acompanhamento das sessões da Cortes, pela *Gazeta*, permite verificar a discussão dos artigos constitucionais, os direitos e deveres dos cidadãos e as prerrogativas reais, como demais resoluções concernentes ao projeto de Constituição da monarquia portuguesa.

Dos direitos e deveres individuais dos Cidadãos.

Art.I. A Constituição Política da Nação *Portuguesa* tem por objetivo manter a liberdade, segurança, e propriedade de todo cidadão.

2. A liberdade consiste na faculdade, que compete a cada Cidadão, de fazer tudo que a Lei não proíbe. A conservação desta liberdade depende da exacta observancia das Leis.

¹⁴² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.257.

¹⁴³ GRJ nº 46, 9 junho 1821.

¹⁴⁴ GRJ nº 79, 1 setembro 1821.

3. A segurança pessoal consiste na protecção, que o Governo deve dar a todos para poderem conservar os seus direitos pessoais.¹⁴⁵

Da inviolabilidade, Authoridade, e Juramento do Rei.

102. A pessoa do Rei He inviolavel, e não está sujeito a responsabilidade alguma.

103. O Rei tem o tratamento de *Magestade fidelissima*. A sua authoridade provém da Nação, e he indivisivel e inalienavel .

104. Esta authoridade contém em si exclusivamente o Poder Executivo, o qual geralmente consiste em fazer executar as Leis; expedir as ordens (...)

105. Além desta attribuição geral compete ao Rei como principaes as seguintes prerrogativas:

I. Sancionar e promulgar as Leis (...)

II. Nomear e dimittir livremente os seus Ministros(...)

VIII. Conceder títulos, honras, e distincções em recompensa de serviços, e na conformidade das Leis. (...)

106. Ao Rei não he permittido sem consentimento das Cortes:

I. Abdicar a Coroa: II. sahir do Reino: e fazendo-o, se entenderá te-la abdicado (...)
III. contrahir matrimonio: se o fizer, será privado da Coroa, e sua mulher não terá as honras de Rainha.

107. Tambem não póde o Rei:

I. Impôr tributos, contribuições, ou fintas alguma directa ou indirectamente, nem tomar emprestimos:

II. Conceder privilegios exclusivos:

III. Suspende Magistrados, ou fazer prender Cidadão algum, salvo nos termos do art. 162 e 170, ou quando a segurança do Estado exigir a repentina prizão de algum Cidadão (...)¹⁴⁶

Registra-se, na edição de número noventa e cinco, o direcionamento das Cortes aos brasileiros, com o intuito de convocar à aceitação das bases constitucionais já decretadas.

¹⁴⁵ GRJ nº 94, 6 outubro 1821.

¹⁴⁶ GRJ nº 92, 2 outubro 1821.

Habitantes do *Brazil!* A heroica resolução, que houveis tomados de seguir a causa da Patria, e correr a sorte de seus valerosos filhos, acabou de consolidar para sempre o magestoso edificio da liberdade, e da independencia Nacional.

Promettendo adoptar a Constituição Política, que fizeram as Cortes Geraes e Extraordinarias, vós contrahistes a obrigação de adoptar também as Bases, que ellas já Decretarão, e que a Nação tem abraçado, e jurado como preliminaes de sua venturosa regeneração.¹⁴⁷

Do número cem ao cento e quatro, trataram-se amplamente dos artigos referentes à liberdade de imprensa, desde à sua extensão e proteção, aos abusos e penas correspondentes. Pelo primeiro artigo, toda pessoa poderia, a partir da publicação da lei, imprimir, publicar, comprar e vender nos Estados portuguezes quaisquer livros ou escritos sem censura prévia, com a observação da extensão dos demais artigos. Os abusos, estabelecidos pelo 8º artigo, correspondiam aos abusos cometidos contra a Religião Católica Romana; o Estado; os bons costumes e contra os particulares.¹⁴⁸

Pela *Gazeta extraordinária* de número vinte e dois, informava-se sobre o fim do sistema de ordenanças em Portugal, Algarves e ilhas adjacentes, através do decreto de 18 de agosto. Nessa edição, na seção *Correspondência*, alertava-se para uma tentativa de formação de um governo provisório na província de Goiaz; o mesmo tema é abordado no número cento e dezenove.

Correpondencia

Senhor Redactor da Gazeta

Villa Rica 10 de outubro de 1821.

Que poderá ouvir sem horror as infernaes machinações do Déspota da remota, e desgraçada Provincia de Goiaz, para conservar ali no que presume ser seu patrimonio? Huma Carta de pessoa fidedigna refere o seguinte. *Goyaz* não está tranquillo, soffre conceções, como *Villa Rica*; houverão denuncias de ispirantes a hum Governo Provisório (...)¹⁴⁹

Por fim, A chegada do bergantim de guerra *infante D. Sebastião* foi registrada na GERJ de 11 de dezembro. O navio trazia notícias de acontecimentos ocorridos até 25 de outubro, e por ele se soube dos decretos (em total de cento e trinta) promulgados pelas Cortes. A GRJ destacou o decreto de número cento e vinte quatro, o qual fixava pela Carta

¹⁴⁷ GRJ nº 95, 9 outubro 1821.

¹⁴⁸ GRJ nº 100, 20 outubro 1821.

¹⁴⁹ GERJ nº 22, 30 outubro 1821.

da Lei, a Constituição, “(...) a norma para a Eleição e exercicio dos Governos Provisorios das Provincias do Ultramar (...)”¹⁵⁰, e o de número cento e vinte cinco, que exigia o retorno de D.Pedro a Portugal.

As Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Nação *Portuguesa*, Havendo prescripto o conveniente systema de Governo, e Administração Publica da Provincia de *Pernambuco*, por Decreto do primeiro do presente mez; e reconhecendo a necessidade de dar as mesmas, e outras semelhantes providencias a respeito de todas as mais Provincias do *Brazil*, Decretão provisoriamente o seguinte:

1º Em todas as Provincias do Reino do *Brazil*, em que até o presente havião Governos independentes, se crearão Juntas Provisorias de Governo, as quaes serão compostas de sete Membros naquellas Provincias, que até agora erão governadas por Capitães Generaes; a saber, *Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, S.Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Matto Grosso, e Goyazes*; e de cinco Membros em todas as mais Provincias, em que até agora não havia Capitães Generaes, mas só Governadores, incluidos em hum e outro numero o Presidente e Secretario¹⁵¹

A *Gazeta do Rio de Janeiro* terminaria no mês de dezembro, quando chegaram ao Brasil os decretos proclamados em outubro pelas Cortes. Em 1822, o periódico passaria a se chamar *Gazeta do Rio*. Pelos decretos, ditavam-se a forma de governo e a administração pública a serem adotadas nas províncias brasileiras, e era exigido o retorno imediato do Príncipe regente, pois sua permanência no Brasil, segundo eles, era uma posição indecorosa para um nobre de sua hierarquia.

As Cortes Geraes, Extraordinárias, e Constituintes da Nação *Portuguesa*, havendo Decretado, em data de hoje, a fôrma de Governo, e Administração Publica das Provincias do *Brazil*, de maneira que a continuação da residência do Principe Real no *Rio de Janeiro* se torna não só desnecessária: mas até indecorosa á sua Alta Jerarquia: E considerando juntamente quanto convém aos interesses da Nação que Sua Alteza Real viaje por alguns Paizes illustrados, a fim de obter aquelles conhecimentos, que se fazem necessarios, para hum dia occupar dignamente o Throno *Portuguez*(...)¹⁵²

Na seqüência do decreto reforçava-se que o Príncipe real deveria regressar a Portugal o quanto antes e que, assim que chegasse, viajasse incógnito aos reinos da Espanha, França e Inglaterra, “(...)acompanhado por pessoas dotadas de luzes, virtudes, e

¹⁵⁰ GERJ nº 23, 11 dezembro 1821.

¹⁵¹ GERJ nº 23, 11 dezembro 1821.

¹⁵² GERJ nº 23, 11 dezembro 1821.

adesão ao systema Constitucional(...)"¹⁵³. O governo central tornava-se cada vez mais limitado, quadro agravado pela formação de juntas governativas ao longo do ano de 1821.

Se o grupo mais radical, ou seja, a elite brasiliense, ainda evitava os excessos de uma postura separatista durante o último quartel de 1821, a elite coimbrã insistia, de maneira inequívoca, nos protestos pela união dos dois hemisférios, ainda que reivindicando uma autêntica autonomia para o Brasil.¹⁵⁴

As propostas de recolonização do Brasil, por parte de um grupo da elite portuguesa fomentavam a animosidade entre os dois países. Ao exigir o retorno de D.Pedro, promulgar o fechamento dos tribunais superiores e o desmantelamento das instituições administrativas, recrudescia-se o sentimento separatista. Quando as medidas das Cortes, em 9 de dezembro, foram anunciadas, os dois segmentos das elites brasileiras - o coimbrão e o brasiliense - uniram-se em oposição aos decretos. A permanência de D.Pedro no Brasil, para a elite coimbrã, era a única forma de manter a unidade do Império luso-brasileiro e a ordem aristocrática; para o grupo brasiliense, as resoluções da Cortes significavam a possibilidade de retorno aos quadros semelhantes à época colonial.

Em reação, surgiram representações das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, solicitando a permanência do Príncipe regente no Brasil. No Rio de Janeiro, o movimento realizou-se através da iniciativa de José Joaquim da Rocha e José Mariano de Azevedo Coutinho, membros do Clube da Resistência, que era integrado tanto por elementos da elite coimbrã quanto da brasiliense, em oposição ao "partido português", conhecidos como "pés-de-chumbo", os quais eram favoráveis às Cortes. Um manifesto que circulou no Rio de Janeiro, no qual se solicitava a permanência de D.Pedro, angariou oito mil assinaturas, sendo entregue ao Príncipe regente por José Clemente Pereira, presidente do Senado, ao meio dia de 9 de janeiro de 1822. Nesse mesmo dia, D. Pedro contrariaria as decisões das Cortes e declararia a sua permanência no Brasil, no episódio que ficaria conhecido como O Dia do Fico. A decisão do Príncipe de desafiar as Cortes foi resultante de um movimento no qual se destacou José Bonifácio de Andrada e Silva, membro do governo provisório de São Paulo, o qual escrevera em 24 de Dezembro de 1821 uma carta a D. Pedro na qual criticava as Cortes de Lisboa e discorria sobre o papel do Príncipe na crise. A carta, divulgada por D. Pedro, foi publicada na *Gazeta do Rio* - de 8 de Janeiro de

¹⁵³ GERJ nº 23, 11 dezembro 1821.

¹⁵⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.276.

1822 - com grande repercussão. Só em abril de 1822 os membros da elite brasiliense mais radicais proclamariam abertamente a defesa da Independência do Brasil.

6. Significado cultural e historiográfico

Defende-se, neste capítulo, que a *Gazeta do Rio de Janeiro* não foi um periódico voltado apenas à realidade europeia, e muito menos um simples diário oficial. Nela, verificam-se a interação com o público e a relação com a vida urbana da província do Rio de Janeiro, a qual se tornara a sede do Império.

A análise deste jornal permite constatar o intercâmbio de notícias entre os dois lados do Atlântico e, se em um primeiro momento voltou-se aos conflitos napoleônicos e à vida da família real, principalmente, não parou por aí. Além da publicação de informes sobre a política internacional, as notícias sobre o Brasil passaram a ter um destaque maior após a queda de Napoleão, e é possível delinear o posicionamento oficial desse jornal e sua retórica, constituindo-se como uma importante fonte para a compreensão da cultura política e da época em que foi produzida. Discorda-se, portanto, de interpretações semelhantes às do historiador Nelson Werneck Sodré, embasadas nas considerações do historiador inglês John Armitage, sobre a representatividade da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Sodré a concebe sob uma óptica depreciativa, como um jornal que apenas tratava da vida dos nobres e, quando não os bajulava, somente publicava os decretos oficiais do governo. Em *História da Imprensa no Brasil*, ele tacha a GRJ como “arremedo de imprensa”¹⁵⁵; um “embrião de jornal”¹⁵⁶; “insípida”¹⁵⁷, em contraposição aos demais jornais da época, sobretudo o *Correio Braziliense*.

Entretanto, a GRJ foi algo a mais, e não pode ser concebida de forma reducionista em detrimento das demais publicações. Sim, a *Gazeta* era oficial, áulica, no sentido de que se referia à Corte; mas mesmo o *Correio Braziliense* não criticava a instituição monárquica e nem a integridade do monarca. Reitera-se que Hipólito da Costa tornou-se separatista apenas em 1822 e seu jornal, em 1812, passou a ser subvencionado. Inclusive, o jornalista morreria em 1823, após ser nomeado cônsul do Império Brasileiro em Londres.

Uma leitura rápida pode vir a enganar e levar à conclusão de que a GRJ tratava apenas do contexto europeu, ao passo que imprimia as determinações régias de forma

¹⁵⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.14.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 22.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 49.

maçante e desinteressante aos habitantes do Brasil; uma leitura mais atenta e completa, porém, revela a importância desse periódico à dinamização da incipiente vida urbana, na disseminação de informações relevantes ao cotidiano e, com o tempo, direcionadas ao público em geral. A pauta sobre o Brasil começou a se ampliar e os conflitos internos, as obras e atividades na cidade passaram a ser divulgados. Ao acompanhar o desenvolvimento da sociedade fluminense, com a presença da Corte, a GRJ aprimorou-se; preocupava-se com o jugo público e almejava tornar-se atrativa e diversificada. Com a profusão de escritos, tal intenção tornar-se-ia uma necessidade real.

É válido lembrar que, até a introdução da GRJ, era proibida a publicação de qualquer folheto no Brasil. A ela é cabível a utilização do termo “áulico” no que tange ao posicionamento e direcionamento dos artigos e por pertencer a funcionários do governo, mas não enquanto contraposição a outro tipo qualquer de produção escrita no Brasil, à época, haja vista que não havia algo elaborado sem a concessão da Corte e que confrontasse diretamente o governo joanino, professando a sua desestruturação. É essa diferenciação que não é feita por aqueles que procuram desqualificá-la e enaltecer os demais periódicos coetâneos, anteriores a 1821.

Nessa abordagem, o segundo jornal produzido no país também era “áulico”: *A idade d'ouro do Brasil* começou a circular em 14 de maio de 1811, mediante uma concessão régia, e era favorável à dominação portuguesa; no dia anterior, 13 de maio, aniversário do Príncipe Regente, inaugurou suas atividades com a publicação de uma *Oração Gratulatória* ao monarca. Já no caso do *Correio Braziliense*, apesar de ser impresso na Inglaterra e circular clandestinamente no país, também não se opunha a D.João VI. Voltava-se aos *brazilienses*; tratava de temáticas mais significativas aos habitantes do Brasil; criticava a administração. Não era “áulico” nesse ponto, no *direcionamento*, mas o era em sua linha política, favorável à monarquia, da qual passou a receber uma pensão anual. É discutível, portanto, essa concepção de “áulico” com a carga depreciativa que lhe foi atribuída por alguns pesquisadores.

Quanto à perspectiva historiográfica, se é através do signo lingüístico, da palavra, que a realidade é construída e toma forma, torna-se importante ao pesquisador do passado conhecer as redes de significado da produção escrita de determinado período, sobretudo em uma época em que a maioria da população era analfabeta e vivia sob as influências dos ideais iluministas que pregavam o racionalismo, propalado pela palavra escrita, na construção de um ideário liberal. Percebe-se que quem detém o domínio da palavra pode definir melhor a realidade que o rodeia, e esse encargo fica nas mãos das

elites intelectuais que legitimam a ordem vigente ou contrapõem-na; parcialmente ou não. O jornalismo da *Gazeta*, de cunho opinativo-analítico, desenvolveu-se inicialmente através do acompanhamento de determinado acontecimento, ao cobrir o desdobramento das incursões napoleônicas, em uma espécie de *suitagem*¹⁵⁸, uma vez que se relacionava diretamente aos interesses dos proprietários e dos leitores, os portugueses aqui residentes, o seu público alvo. Quando não havia maiores informações sobre a guerra, realizavam-se retrospectivas e análises logísticas e estratégicas dos campos de batalha e dos países, relatando-se até mesmo a sua formação histórica, assim como teciam-se comentários acerca dos governantes e seus qualificativos ao confrontarem a França. No número vinte e seis de 10 de dezembro de 1808, por exemplo, analisam-se o território espanhol; suas entradas por terra e peculiaridades geográficas; população; deslocamento de tropas etc.: “NA grande falta de noticias da Europa, em que estamos, He mui a proposito combinar as idéas recebidas, e reflectir sobre os modos de ataque, e defeza das Potencias continentaes, que vencem, e rebatem a prepotencia Franceza”¹⁵⁹

Quando não havia informações sobre a situação europeia, apresentavam-se extratos de gazetas da América espanhola e acontecimentos ocorridos nos Estados Unidos, como por exemplo, decretos do presidente James Madison: “EMQUANTO esperamos anciosos noticias mais modernas da *Europa*, que saciem a nossa curiosidade, offerecemos hoje alguns extractos das Gazetas de *Monte Video*, que havemos lido, e que parecem merecer alguma attenção.”¹⁶⁰

COMO se nos acabarão totalmente as noticias da *Europa* em razão de não chegarem, há tanto tempo, Navios que as tragão; parece-nos conveniente comunicar ao Público varias peças a que allude a Mensagem do Presidente dos *Estados Unidos* (...)¹⁶¹

Além do combate travado através das letras, veiculou-se ao público uma subscrição realizada por negociantes ingleses para angariar fundos ao exército português, a qual foi estampada na gazeta como forma de prestação de contas e divulgação da subscrição: “Já se começou huma Subscrição pelos Negociantes Inglezes nesta Cidade,

¹⁵⁸ O termo *suite*, no jornalismo, é originário do francês *suite*, que significa seqüência; designa a abordagem dos desdobramentos dos fatos, rememorando os que foram anteriormente divulgados ou não.

¹⁵⁹ GRJ nº 26, 10 dezembro 1808.

¹⁶⁰ GRJ nº 70, 1 Setembro 1813.

¹⁶¹ GRJ nº 20, 9 Março 1811.

para ajudar os Patriotas Portuguezes em Portugal; e o papel das assinaturas se acha em caza do Senhor Jeremias Todd Naylor na Rua das Violas”¹⁶²

Apesar do foco principal ser a cobertura da guerra - o que era feito pela maioria dos jornais europeus – o periódico editado no Rio de Janeiro também se preocupava em apresentar artigos referentes a outros campos que não o da política, ao demonstrar querer atingir um maior público: “Fórma parte do plano da Gazeta do Rio de Janeiro publicar de vez em quando, sendo necessario, além dos artigos de novidades políticas, alguns outros relativos á Litteratura, Commercio, Artes, etc., julgando-se assim agradar a todas as classes de Leitores.”¹⁶³

Os Antigos conhecêrão pouco a Estatística. Em *Herodoto*, *Strabão*, *Pausanias*, e outros Historiadores, e Geographos antigos achão-se alguns apontamentos sobre a povoação, o número de tropas, os meios de as fazer subsistir, e as rendas e despezas do Estado ; mas obra alguma antiga, e mesmo moderna, senão desde o principio do Seculo passado, contem o inventario exacto de tudo que constitue a riqueza, e as forças de huma Nação. *Herman Curing*, Professor da Universidade de *Helmstadt* foi o primeiro que ensinou publicamente esta Sciencia¹⁶⁴

Notícias sobre o comércio, aos poucos, começaram a ganhar mais espaço, o que aconteceu de igual modo com a seção de avisos, a qual seria aberta ao público em 1809. Foram recorrentes, nessa seção, anúncios de vendas de imóveis; escravos; obras literárias; leilões e demais atividades do cotidiano urbano.

Alguns aspectos da vida mercantil da praça do Rio de Janeiro aparecem com mais clareza na *Gazeta* do que em outro tipo de documentação. Refiro-me à atividade de corretagem e seguros, à multiplicidade de leilões de mercadorias, à sempre presente venda de embarcações e, sobretudo, à questão da falência e concordatas. Também acerca do Banco do Brasil encontramos informações relevantes, como os dividendos distribuídos anualmente aos acionistas.¹⁶⁵

É na seção de avisos que se pode vislumbrar essa “abertura temática”, com a introdução de conhecimentos e notícias de interesse coletivo; uma prestação de serviço ao público. Como já mencionado anteriormente, era o espaço destinado a anúncios e vendas. Ao observá-la, nota-se o nítido tratamento do escravo como mercadoria, *status* que seria

¹⁶² GRJ nº 13, 26 outubro 1808.

¹⁶³ GRJ nº 13, 26 outubro 1808.

¹⁶⁴ GRJ nº 22, 26 novembro 1808.

¹⁶⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808 – 1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EdERJ, 2007.p.23.

mantido pela Constituição de 1824, demonstrando claramente que o artigo nº 179, o qual definia a liberdade e a igualdade como direitos inalienáveis dos homens, não se estendia à ampla parcela de negros e mulatos - que permaneceram escravizados. A seguir, apresentam-se algumas notas dessa seção: “Quem tiver hum Negro Ferreiro, e o quizer vender, fale na loja da Gazeta, que se lhe dirá quem o quer comprar”.¹⁶⁶

Desappareceo desde 24 de Dezembro de 1807 hum Moleque, chamado *Miguel* de Nação *Usd* de idade de 13 e 14 annos, cara redonda, nariz grosso na ponta, bem preto e refeito; e por mais signal falta-lhe em hum pé o dedo grande, que lhe cahio sómente hum coto: levava camisa, e ceroulas de algodão(...)¹⁶⁷

Vende se huma preta de idade de 30 annos, que sabe cosinhar, lavar, engomar, e coser: quem a quizer comprar, falle com *Venancio José Lisboa*, na rua da *Quitanda* N.º. 49.¹⁶⁸

Sahio á luz: Modo de cultivar a Canelleira, extrahir, e preparar a sua casca, oleos, canfora, etc. Resumido das Memorias que se conservão no Archivo do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, e accomodado ao uso do Povo pelo mesmo Senado, em 1798. Folheto. Vende-se a 120 reis nas lojas da Gazeta, e de Manoel Jorge da Silva na rua do Rozario.¹⁶⁹

Quem quizer alugar huma bella chacara sita no *Engenho Velho*, ao pé da Freguezia, com caza nobre de sobrado, estrebaria para nove bestas, caza de banhos, e commodos para huma família numerosa: toda plantada, e que tem o rio por hum lado e agoa corrente pelo meio; póde fallar com *Fielding Brander Aveline e Lyne*, na rua *Direita* N.º 65¹⁷⁰

Hum Sugeito approved em Mathematicas, que explica as differentes partes desta Sciencia, e suas applicações ao Commercio, Marinha, etc: tambem se propõe ensinar Elementos de Geografia, precedidos de huma nova Theoria geral do Universo onde se explicão as causas dos tres movimentos da Terra, das Marés, dos Ventos, e de outros fenomenos ainda nao explicados por principios tão simplices: quem quizer procure na rua do *Sabão*, n.66.¹⁷¹

Ao final de cada ano, no último número, avisava-se sobre a nova assinatura do ano seguinte. Em 1809, informava-se ao publico que se houvesse alguma irregularidade na entrega das gazetas, poder-se-ia apresentar queixas à loja da GRJ para que a

¹⁶⁶ GRJ nº 65, 26 abril 1809.

¹⁶⁷ GRJ nº 65, 26 abril 1809.

¹⁶⁸ GRJ nº 67, 3 maio 1809.

¹⁶⁹ GRJ nº 117, 25 outubro 1809.

¹⁷⁰ GRJ nº 8, 27 janeiro 1821.

¹⁷¹ GRJ nº 25, 28 março 1810.

inconveniência fosse reparada. Preocupava-se com o serviço prestado à população e o recebimento do público das notícias veiculadas, com a atratividade e distribuição do periódico.

Devendo principiar em Janeiro do proximo anno de 1810 a nova assignatura para a Gazeta do Rio de Janeiro, faz-se saber ao Público, que Ella se fará pelos primeiros seis mezes de Janeiro até Junho inclusivè, segundo a pratica geral a sim lhante respeito: as Pessoas que quizerem assignar dirigir-se-hão á loja da Gazeta, onde farão saber os seus nomes, e moradas, e darão logo o preço de 5\$000 reis, devendo continuar receber, tanto as Gazetas Ordinarias, como Extraordinarias. Os Senhores Assignantes, que possão ter algum motivo de queixa fundada sobre a entrega regular dos Números, ou outra alguma razão, dirigir-se-hão á loja da Gazeta onde a farão saber, para se lhe darem immediatamente as convenientes providencias.¹⁷²

Jornais que possuíam a mesma linha política a favor do monarca - cujos donos possuíam relações estreitas com o governo - figuravam na seção de anúncios. O *Bem da Ordem*, que pertencia a Francisco Vieira Goulart, aclamava defender o Estado constitucional, tal qual o *Conciliador do Reino*, de José da Silva Lisboa, partidários da manutenção do império luso-brasileiro: “Sahirão á luz: O N° 3° do *Bem da Ordem*, e o N° 5 do *Conciliador do Reino Unido*. Vendem-se nos lugares de costume a 80 réis.”¹⁷³

Após a Revolução vintinista e em vias do término da censura prévia, o papel do público leitor tornou-se mais presente no jogo político. As manifestações liberais demonstrariam que a opinião pública era capaz de mobilizar nações e exprimir-se através de manifestações de cunho reivindicatório. Se em um primeiro momento houve a “pedagogia do Iluminismo”, em uma tentativa de “esclarecer” e conduzir a população, passou-se a perceber que as massas não deveriam apenas ser conduzidas, mas *convencidas*. Através do relato de Araújo de Guimarães acerca dos conflitos ocorridos, em 25 de abril, na Praça do Comércio, percebe-se que

O discurso do redator, nessa data, revelava muito da concepção que a *Gazeta do Rio de Janeiro* possuía dos agentes sociais populares imersos na condução do processo político então em curso: populacho sem rosto, desencontrado em seus ideais, porém, extremamente perigoso, pois consciente de sua capacidade senão de alcançar as mudanças pretendidas, de enxergar e expor as mazelas reais. Ao descrever os conflitos do momento, a *Gazeta* explicitava os conflitos sociais vigentes no seio da monarquia luso-brasileira, em que as contestações à legitimidade do poder do monarca eram a tônica da fala desse “populacho”. O periódico já não mais mantinha a imagem de conciliação e reverência que sempre tentara passar na relação entre todos aqueles que compunham e sustentavam o poder político do rei; ao contrário, cada vez mais expunha os problemas, lutas e conflitos dos diversos interesses

¹⁷² GRJ nº 127, 29 dezembro 1809.

¹⁷³ GRJ nº 28, 7 abril 1821.

sociais, mesmo que seu discurso mantivesse o antigo viés “parcial” em favor da monarquia e dos defensores do rei.¹⁷⁴

Deve-se evitar, contudo, o anacronismo de associar o conceito atual de “opinião pública” a esse momento histórico. Não havia ainda uma “pluralidade de indivíduos que se exprimem em termos de aprovação ou sustentação a uma ação, servindo de referencial a um projeto político definido”¹⁷⁵, capaz de modificar, de fato, o rumo dos acontecimentos. Os membros das elites coimbrã e brasiliense não almejavam empreender grandes alterações na estrutura social, e sim produzir reformas de acordo com seus interesses.

Segundo a historiadora Juliana Gesuelli Meirelles, o termo “opinião pública” apareceu pela primeira vez na GRJ em 24 de julho de 1821, na seção *Correspondência*. Nela, Antonio Maria Quartir pedia ao redator da folha para que fizesse a inserção de notícias referentes à instalação do governo provisório em São Paulo, no dia 23 de junho, o qual estava – segundo ele – sendo bem sucedido e aclamado pela “opinião pública”: “Para o narrador, opinião pública era a voz que dizia vigorar “na maioria da sociedade paulistana”, sendo baseada em valores como a prudência e bom senso, ambos intrínsecos ao “correto” uso da razão.”¹⁷⁶

O próprio conceito de “opinião pública” varia muito de acordo com o local e a época observados. Para a GRJ, a formação da opinião pública associava-se à publicação de notícias sem omissões, ao permitir a diversidade de conclusões e análise crítica acerca dos acontecimentos¹⁷⁷. Pode-se dizer que se passou a conceber uma linha mais argumentativa, a qual procurava dialogar com o público e convencê-lo, persuadi-lo, ao apresentar uma moderada pluralidade de opiniões, ao invés de apenas imprimir relatos sob um único viés. A questão da liberdade de imprensa, com a tramitação das bases constitucionais, passou a ser discutida com frequência: “Sahio á luz: *Discurso sobre a liberdade de Imprensa*. Vende-se na rua da *Alfândega* N.º. 14.”¹⁷⁸

¹⁷⁴ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p.206.

¹⁷⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820-. 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003, p.111.

¹⁷⁶ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p.214.

¹⁷⁷ Ibid.

¹⁷⁸ GRJ nº 28, 7 abril 1821.

Em uma cidade portuária, a qual abrigava a Corte real e que era regida pelas trocas comerciais, cabia fazer o levantamento da entrada e saída de navios, sua carga e dias de viagem. Na seção *Notícias Marítimas* levava-se ao conhecimento público essas informações, essenciais ao comércio e ao deslocamento marítimo.

NOTÍCIAS MARÍTIMAS.	
ENTRADA S.	
Dia 5. do corrente. — Moçambique; 43 dias; G. União feliz, M. Jacinto Alves Teixeira, C. a Antonio Dias Correia, escravos — Boston; 47 dias; G. Amer. Patagon, M. Dixey Waldes, C. ao M., fazendas. — Hull e New Castle; 63 dias; B. Ing. Aquatic, M. Mathens Clover, C. a Seaton Plowes, fazendas. — Rio Grande; 26 dias; B. Convenção, M. José Francisco dos Santos, C. a Manoel José Gomes Moreira, carne, couros, sebo e arpista. — Laguna; 19 dias; S. Conceição, M. José do Souza Lobo, C. ao M., peixe; segue para a Bahia. — Cumpos; 4 dias; L. Conceição, M. Manoel da Costa Ribeiro, C. a Thomé José Ferreira Tingeo, assucar e agoardente. — Macabé; 4 dias; L. Boa união, M. José Tavares Pa...	se Maria de Souza, C. a Manoel Joaquim Ribeiro, assucar. — Amibada; L. S. João e Conceição, M. Joaquim Francisco; sobio a 22 de Fevereiro.
	Dia 8. dito. — Liverpool; 70 dias; E. Ing. Sarah e Marianna, M. João Christino, C. e Heyworth, Armãos e Comp., manteiga e fazendas. — Filadelfia; 53 dias; B. Amer. Fox, M. Homak Emaz, C. ao Sobrecarga, fajinha, carne e bolacha.
SAÍDA S.	
Dia 5. do corrente. — Buenos Ayres; S. Amizade, M. Antonio Rodrigues da Silva, tabaco, assucar e fazendas. — Parati; L. Espirito Santo, M. Antonio José, lastro.	
Dia 6. dito. — Cabo frio; B. Real João, M. Manoel José da Silva, lastro. — Porto; B. So...	

Figura 8: Sessão Notícias Marítimas da Gazeta do Rio de Janeiro
Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro* nº 20, 10 de março de 1819.

Na edição de número trinta e sete, de 9 de maio de 1810, apresentava-se uma gráfico dos navios comprados por vassallos portugueses em *Liverpool*, no ano de 1809:

M A P P A					
DOS NAVIOS COMPRADOS POR VASSALLOS PORTUGUEZES					
em Liverpool no Anno de 1809.					
Mezes.	Dias.	Nomes dos Navios.	Nomes dos Donos.	Nomes dos Meitres.	Portos para onde sahirão.
Fevereiro.	27	Excusa Machico.	João Nicoláo Vasconcelos	Damiao Francisco.	Ilha da Madeira.
Março.	8	Aviso de Liverpool.	Joaquim José Sequeira.	Frederico Luiz.	Lisboa.
	25	Excusa Perola.	João Antonio Pereira.	Miguel da Silva.	Rio de Janeiro.
Abril.	20	Amizade.	Joaquim José Sequeira.	José Ricardo de Silva.	Bahia.
	27	Vibanno.	Joaquim José Sequeira.	José Patrio de Souza.	Mazambão.
Maio.	22	Bom fim.	Ensebio Antonio de Souza.	Francisco de Freitas.	Ilha da Madeira.
	31	Volante.	Joaquim José Sequeira.	Victorino José Ribeiro.	Lisboa.
Junho.	26	Ligeiro.	Joaquim José Sequeira.	João Chrysostomo Rodrigues.	Lisboa.
	28	Andorinha.	Francisco Xavier Masc...	O mesmo Dono.	Rio de Janeiro.
Outubro.	20	Avelino.	Francisco Ignacio Sequ...	Ricardo José Catemba.	Cibraltar.
Novembro.	15	Maranhão.	Joaquim José Sequeira.	Isidoro Lutz de Souza.	Mazambão.
	15	América.	Sebastião José Ferreira.	Zacharias Duane.	Rio de Janeiro.

Figura 9: Tabela que apresenta os navios comprados por vassallos portugueses
Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro* nº 37, 9 de maio de 1810

Desde o século XIX o Rio de Janeiro era conhecido como “túmulo do estrangeiro” por ser foco de várias doenças, às quais vitimavam mais os estrangeiros por não terem os anticorpos desenvolvidos com o tempo, ao contrário da população local. No número noventa e sete de 1821, consta o mapeamento da vacinação do mês de setembro.

INSTITUIÇÃO VACCINICA.										
MEZ DE SETEMBRO DE 1821										
		Branco Sexos		Indigenas Sexos.		De Cor Sexos		Pretos Sexos		TOTAL
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
<i>Vaccinarão-se</i>		31	25	1	1	11	20	46	39	174
<i>Dos Vacinados</i>	<i>Aproveitarão</i>	18	17			7	11	15	21	89
	<i>Deixarão de aproveitar</i>	2				2		11	2	17
	<i>Não comparecerão</i>	11	8	1	1	2	9	20	16	68

Rio de Janeiro 7 de Outubro de 1821.
Joaquim da Rocha Mazarem, Inspector da Instituição Vaccinica.

Figura 10: Tabela que apresenta a vacinação no mês de setembro
Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro* nº 97, 13 de outubro de 1821.

Mapas, gráficos, esquemas e afins às vezes eram estampados em edições da GRJ com a finalidade de informar com maior precisão e ilustrar as matérias. Embora questões como a saúde, educação e cultura tivessem um espaço muito reduzido e não fossem tratadas com freqüência, não deixaram de ser abordadas pelo jornal. Em uma proclamação de D. Pedro registrada na gazeta de 28 de abril de 1821, no número trinta e quatro, o Príncipe regente prometia olhar com maior zelo para a educação, e também para o comércio e a agricultura.

A educação publica, que actualmente exige o mais apurado desvelo do Governo, será attendida com quanta efficacia couber em meu Poder.

E porque em semelhante estado se achão a Agricultura e Commercio do Brazil, não cessarei de procurar quantas felicidades poder ser a favor de tão copiosas fontes da riqueza da Nação.¹⁷⁹

Em agosto de 1821, o então redator Francisco Vieira Goulart declarou que quando fosse possível apresentaria matérias relativas à instrução pública e à nascente indústria brasileira, e que nas gazetas extraordinárias transcreveria todos os discursos e reflexões os quais julgasse convenientes para difundir e manter os princípios liberais, “(...) fundados na primitiva equidade natural, em que deve estar radicalmente imbuido todo o Cidadão Constitucional (...)”¹⁸⁰. Naquele momento de efervescência política, com a transcrição das sessões das Cortes de Lisboa, os demais assuntos ficavam em segundo plano; já o ficavam normalmente, mas não eram descartados, e sim cediam espaço a notícias que poderiam implicar transformações de suma importância para a regulamentação da sociedade. O jornal, enquanto “instituição oficial”, exercia sua “função metalingüística” ao discorrer sobre o contexto político e a posição do governo diante dos acontecimentos.

Havia o debate sobre a função do redator, e sobre o poder e a importância da palavra escrita, do jornal em si. Em sua editoria, dissertava-se sobre a proposta jornalística e o “ato de noticiar”, a escolha das pautas e sua relevância, ainda que de forma não tão aprofundada. “Quando as circunstancias o permittirem se hiram dando assumptos relativos á publica instrucção, e á nascente Industria do *Brazil*, tendo preferencia aquelles ramos, que forem mais adequados ás suas producções territoriaes.”¹⁸¹

Estudiosos da área de história e da comunicação têm repensado o papel historiográfico da GRJ e sua importância para a sociedade. Ao compreendê-la como documento histórico, a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva relata que

Além de constituir uma documentação relevante para a história do cotidiano carioca, do livro e da leitura, a seleção de notícias referentes ao Brasil em geral, ou à cidade do Rio de Janeiro em particular, não pode ser encarada apenas como uma forma de bajulação às autoridades constituídas ou ao próprio governante. Ela mostra o que era valorizado na sociedade colonial e merecia ser divulgado. Embora muitas notícias resultassem de documentos enviados pela Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, não se trata de pura propaganda oficial, pois muitos temas surgem em outros periódicos e eram de interesse geral, como a abertura de estradas e canais, os projetos de

¹⁷⁹ GRJ nº 34, 28 abril 1821.

¹⁸⁰ GRJ nº 67, 4 agosto 1821.

¹⁸¹ GRJ nº 67, 4 agosto 1821.

colonização, os incentivos à agricultura, a domesticação dos índios etc.¹⁸²

Seu livro *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade* ressalta aspectos do cotidiano, da vida local, ao destacar notícias e anúncios nos quais se podem observar a alimentação; o vestuário; os meios de transporte; as festas; a religiosidade; os espetáculos teatrais; enfim, todo um quadro cultural capaz de remontar a mentalidade e os costumes da época, e não apenas a dimensão política.

Para o historiador José Carlos de Oliveira, a GRJ, ainda que não fosse destinada à divulgação científica, participou da difusão de informações referentes às atividades científicas e culturais da época, vindo a possuir relativa importância neste quesito, auxiliadas pelas instituições criadas por D. João. Em *A Cultura Científica e a Gazeta do Rio de Janeiro (1808 – 1821)*, o pesquisador analisa matérias com esse enfoque e cataloga livros de ciências naturais ou obras importantes para a cultura científica, as quais constam nos anúncios do jornal como manuais; memórias técnicas; cartas régias; discursos etc.

Na obra *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*, de Juliana Gesuelli Meirelles, analisam-se a troca de informações e idéias no mundo luso-brasileiro, visto que a GRJ circulou em ambos os lados do Atlântico. Seu outro livro *Imprensa e poder na Corte joanina* convida a um repensamento do significado da GRJ na “formação de uma identidade nacional”, em diálogo com o conceito de “opinião pública”, e a própria representatividade do jornal para a sociedade fluminense.

Corcundas e constitucionais – A cultura política da Independência (1820-1822), de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, analisa a cultura política do Constitucionalismo e da Independência, em um estudo minucioso sobre o vocabulário utilizado, as palavras e conceitos criados e desenvolvidos para integrar o léxico político. Ao definir os grupos políticos, Lúcia Maria procura compreender a configuração das elites dominantes que controlaram o jogo político que culminou na Independência do Brasil.

Conclui-se que não se pode conceber a *Gazeta do Rio de Janeiro* isoladamente, a partir do estereótipo de “jornal áulico”, interpretando-a apenas como um enfadonho rol de decretos e notícias desinteressantes aos habitantes do Brasil. O termo “áulico”, ao se tratar do **posicionamento**, cabe às demais produções da época; ainda que algumas criticassem o governo, não defendiam o fim da monarquia. Na época estudada, o par de oposição

¹⁸² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808 – 1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EdERJ, 2007.p.22-23.

estabelece-se no *direcionamento*. A diferença de **direcionamento** consiste em uma produção ser orientada a um público mais amplo - com uma temática mais aberta - na qual se tecem críticas ao governo, e outra ser de cunho governamental, oficial, que procura restringir assuntos polêmicos; e não entre “ser áulico ou deixar de ser”. Utilizar tal termo com intenção depreciativa, assim como classificar a GRJ como um “diário oficial” não possui fundamento, pois ela apresentou temas relevantes ao público e foi além da perspectiva política, não se constituindo apenas de atas, extratos de outras gazetas e decretos. O primeiro jornal republicano só seria criado em 9 de abril de 1822: *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, por Cipriano Barata.

7. Conclusão

A *Gazeta do Rio de Janeiro* é uma preciosa fonte histórica, de caráter oficial, pela qual se compreende a mentalidade, o contexto de uma época, e podem-se reconstruir aspectos do modo de vida do século XIX. Seu discurso visava à própria legitimação e manutenção do governo e da estrutura social, ao adotar sempre uma perspectiva favorável ao monarca, suprimindo ou amenizando assuntos polêmicos que pudessem levantar críticas ao aparelho de Estado. Ao estudar sua estrutura organizacional e financeira, percebem-se os interesses que a norteavam e a atuação dos grupos dominantes: senhores de terras e escravos; ricos comerciantes e detentores de privilégios reais e títulos nobiliárquicos. Se houve uma ramificação no seio das elites ditas “liberais”, e também a contraposição àqueles que defendiam ideais que vigoravam no Antigo Regime, ainda assim a grande parcela da população pobre ficou à margem dos debates políticos, embora pudesse exercer uma pressão significativa ao governo - através de manifestações públicas -, incorrendo ao risco de ser rechaçada pela atuação do exército e da polícia. Por sua vez, totalmente excluídos não só do jogo político, mas da sociedade, os escravos eram vistos como mercadoria, e esta situação permaneceria com a promulgação da primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824 por D. Pedro I.

Ao contribuir na disseminação de saberes e no tráfego intercontinental de informações, a *Gazeta do Rio de Janeiro* promoveu o hábito da leitura, delegando à população conhecimentos úteis ao seu cotidiano, além de difundir artigos de cunho científico e cultural. Embora significativa parcela da sociedade continuasse iletrada, o debate sobre o que era veiculado pela gazeta não deixou de circular pelas ruas fluminenses em conversas informais, o que possibilitou a avaliação crítica de questões de foro público. Através de suas páginas, podem-se analisar particularidades da administração joanina e da conjuntura internacional, uma vez que se publicavam decretos oficiais e extratos de gazetas estrangeiras, em sua maioria provenientes da Europa. O jornal, porém, não se limitou a isso, abordou outros temas e veiculou informações sobre o universo urbano da província do Rio de Janeiro.

Um convite à reflexão, e não ao julgamento, é o que propicia a leitura do primeiro periódico impresso no país, em um contexto introdutório no qual o Brasil ainda era colônia de Portugal e a publicação de quaisquer folhetos era vetada. Se em um primeiro momento sua pauta principal era a cobertura das guerras napoleônicas - tal como demais

jornais europeus da época -, com a derrota de Napoleão e a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, assuntos relativos ao território brasileiro ganhavam maior projeção, paulatinamente. Após a Revolução do Porto, em 1820, e com o fim da censura prévia, em 1821, o peso da opinião pública tornar-se-ia mais significativo com a profusão de folhetos e periódicos. A GRJ, por influência das Cortes de Portugal, passou a adotar uma perspectiva liberal em prol do constitucionalismo e se tornou mais “plural”, ao não omitir todas as opiniões contrárias à sua linha política, e sim contrapô-las de forma mais argumentativa, justamente por ter verificado que as massas poderiam ser canalizadas a protestos e reivindicar mudanças significativas, inclusive na estrutura social.

Com o movimento constitucionalista, pelo qual as concepções liberais encontraram terreno fértil para se espriarem pelo Mundo, novas palavras e conceitos foram elaborados para traduzir esse momento de transição e fazer essa ponte do plano ideológico – teórico - para a realidade, com a elaboração de uma Carta Constitucional. A crescente pressão das Cortes portuguesas e suas resoluções, que praticamente rebaixavam o Brasil à condição de colônia, causaram o repúdio de ambas as parcelas das elites, as quais não queriam perder seus privilégios e ver seus negócios prejudicados em decorrência de intervenções externas. Esse panorama de insatisfação levaria D.Pedro a declarar a Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* é produto de uma época em que os ideais da Revolução Francesa e os princípios iluministas entraram em embate direto com as concepções do Antigo Regime. A burguesia procurava se afirmar na esfera pública utilizando-se de mecanismos jurídicos que consolidassem suas conquistas liberais. Estas, uma vez estabelecidas, tal como a emancipação política brasileira, não modificaram os quadros sociais e não trouxeram melhorias para os segmentos pobres e marginalizados. Nesse quadro, o jornal representou o que era: uma concessão real, que embora sofresse alterações em sua linha editorial diante da conjuntura política, era estritamente vinculada ao poder público e suas diretrizes.

Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1966.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BRASIL. Leis etc. *Colecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida & DE MORAES, Rubens Borba. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP, Livraria Kosmos Editora, 1993.
- CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para uma história da cidade (1808 – 1821)*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L & PM, 1981.
- DA CUNHA, Manuela Carneiro & SALZANO, Francisco M. *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras. 1992.
- DOMINGUES, João Luiz Pereira. *Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares*. Dissertação de Mestrado, UERJ, Rio de Janeiro, 2008.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História*. São Paulo: Ática, 2004.
- Folha de S. Paulo. Caderno Mais!, 21 nov. 1999. *Entrevista de Carlos Nelson Coutinho, realizada por Maurício Santana Dias*
- GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edição crítica do Instituto Gramsci, org. Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Civilização brasileira 2000. Vol 2.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. 1968.
- KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na Independência 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LUSTOSA, Isabel. *O Nascimento da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- MEDEIROS, Rogério. *O massacre dos botocudos*. Revista Espírito Santo Agora. Vitória, n. 22, fev. 1978.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na Corte Joanina*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*. Dissertação de Mestrado. Fev. 2006.
- MELO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2ª Ed. 2003.
- MOTA, Myriam Becho & BRAICK, Patrícia Ramos. *História – das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo: Moderna, 1997.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política da Independência (1820- 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das & MACHADO Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. – UERJ *Trajetórias de livreiros no Rio de Janeiro: uma revisão historiográfica: João Bourgeois e Paulo Martin: livreiros franceses no Rio de Janeiro, no início do oitocentos*. X Encontro Regional da ANPUH. 2002
- OLIVEIRA, José Carlos. *A cultura científica e a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, v. 17.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808 – 1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EdERJ, 2007.

- SILVA, Tarcísio Glauco da. *Junta de civilização e conquista dos índios e navegação do rio doces, conflitos e apropriação de espaços (1808-1814)*. 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Sites Consultados

- Imagem do nº 1 da Gazeta do Rio de Janeiro (1808)
http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Gazeta_do_Rio_de_Janeiro_1808.png
- A Gazeta do Rio de Janeiro (Digitalizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm
- Gramsci e o Brasil
<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv135.htm>
- Carta Régia (13 de maio de 1808)
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_18/CartaRegia_1305.htm
- Google livros
<http://books.google.com.br/books>